

GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Comissão: **Segurança Pública**

Local: **externo**

Município: **Contagem**

Data: **24/5/2010**

Horário: **10 horas**

Folhas: **81**

Duração: **3h20min**

Presidente: **Deputado João Leite**

Deputados: **Deputada Maria Tereza Lara**
Deputado Durval Ângelo

Participantes: **Vereador Irineu Inácio da Silva**
Secretário Adjunto Luiz Cláudio de Almeida Teodoro
Juiz Elias Charbil Adou Obeid
Promotor Fernando Augusto Cipolini Lelo
Sr. Rodrigo Xavier da Silva
Sra. Rosângela Leonardo da Silva
Sra. Maria da Glória Moraes
Sr. Anthero Drumond Júnior
Cel. Irani Avelar Saraiva
Delegada Vânia Lúcia Godoi de Faria
Cap. Paulo Enock Marques da Silva
Defensora Pública Cláudia Costa de Almeida
Sra. Alda Salvador
Sra. Maria do Carmo

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 2**

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Há número regimental. Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura.

Conforme prevê o Regimento Interno, dispenso a leitura da ata e dou-a por aprovada.

Esta reunião tem a finalidade de discutir, em audiência pública, questões relativas à segurança pública na Região Integrada de Segurança Pública, com sede em Contagem, e ainda discutir e votar proposições da Comissão.

A Presidência agradece muito ao Vereador Irineu, Presidente da Câmara Municipal de Contagem, a parceria com a Assembleia Legislativa para aqui realizarmos esta reunião. Queria esclarecer a todos que a Comissão de Segurança Pública tem ido às 18 Regiões Integradas de Segurança Pública - Risps. Esta é a 13ª visita que realizamos. Queremos completar as 18, e, nos dias 11, 12 e 13 de agosto, a Assembleia Legislativa realizará um fórum técnico, com a presença dos governos federal e estadual. Iremos avaliar os relatórios consolidados das 18 visitas realizadas. Além das 18 cidades-sede das Risps, também visitamos Manhuaçu e visitaremos Betim. Ao final, faremos a avaliação desse consolidado, junto aos governos federal e estadual, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público. Com todo esse material, a Assembleia Legislativa publicará um livro que orientará o Orçamento do Estado para o próximo ano e a revisão do PPAG, que será feita agora. A Assembleia guardará todos os dados para discutir o novo PPAG, a ser anunciado no próximo ano.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 3**

Quero agradecer ao Presidente da Câmara Municipal a realização desta audiência. Agradeço ainda aos Vereadores Jerson Braga Maia, o Caxicó; Alessandro Henrique Ferreira; Acácio de Macedo Matos; Adenir José Bravo; Ravilson de Almeida Lopes Filho; Aleksander Chiodi da Silva; Arnaldo Luiz de Oliveira; Rogério Braz de Almeida, o Marreco; Ivayr Nunes Soalheiro; Avair Salvador de Carvalho; Sílvio Braz da Silva; Ciro Wellington de Campos; Gil Antônio Diniz, o Teteco; Obelino Marques da Silva; Kawlpter Prates Bocchino; Gustavo Cunha Gibsen; João Bosco Cândia; José Roberto Ribeiro, o Beto Diniz; Ricardo Rocha de Faria; e William Vieira Batista.

Agora vamos compor a Mesa, onde já está o Vereador Irineu Inácio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Contagem; à minha direita, a Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente desta Comissão, e o Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia de Minas, fazendo questão de dizer que é morador de Contagem. Então convido para compor a Mesa os Srs. Luiz Cláudio de Almeida Teodoro, Secretário Adjunto Municipal de Defesa Social, representando a Sra. Marília Campos, Prefeita de Contagem; Sra. Vânia Lúcia Godoi de Faria, Chefe do 2º Departamento de Polícia Civil de Contagem, representando o Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe de Polícia Civil de Minas Gerais; Cel. Irani Avelar Saraiva, Comandante da 2ª RPM, representando o Cel. Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; Elias Charbil Abdou Obeid, Juiz da Vara da Infância e da Juventude; Fernando Augusto Cipolini Ielo, Promotor de Justiça em Contagem; Anthero Drummond Júnior, Diretor da

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 4**

Gerência Regional de Saúde de Belo Horizonte, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Saúde; Sra. Maria da Glória Moraes, Diretora do Centro Social Urbano Eldorado, representando a Sra. Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Desenvolvimento Social; Rodrigo Xavier da Silva, assessor da Superintendência de Integração, representando o Sr. Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Defesa Social; e a Sra. Cláudia Costa de Almeida, Defensora Pública, representando o Sr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público-Geral.

Com a palavra, o Vereador Irineu Inácio da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Contagem.

O Vereador Irineu Inácio da Silva - Bom-dia a todos. Sejam bem-vindos. Cumprimento o Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública; a Deputada Maria Tereza Lara; o Deputado Durval Ângelo, por intermédio do qual cumprimento os demais componentes da Mesa. Cumprimento ainda as pessoas que participam desta audiência. Para nós, da Câmara Municipal de Contagem, é muito importante essa parceria, principalmente no que diz respeito à segurança, questão que muito tem afligido a região metropolitana, sobretudo Contagem. Temos de fazer justiça. Há cerca de cinco anos, a nossa segurança está melhorando, resgatando a dignidade dos seus servidores. Temos de ficar sempre atentos aos problemas que surgem a cada dia. V. Exa. apresenta a esta cidade um projeto para o Estado. Contagem está incluída nessa proposta, representando também a região metropolitana. Podemos avançar com essa parceria - Municípios, Assembleia, governo, Código do documento: 800695

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 5**

Poderes Executivo e Legislativo - para melhorar, cada vez mais, a segurança pública do Estado. Sucesso nesta manhã de hoje. Que possamos realizar um debate proveitoso e sair daqui com propostas claras para a segurança de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Presidente. Quero desculpar-me, pois me esqueci de chamar a Prof^a Rosângela Leonardo da Silva, Diretora Educacional da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B, representando a Sra. Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Educação. Professora, muito obrigado pela presença. Além de convidar os Comandos das Polícias Civil e Militar, temos procurado convidar a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as áreas de saúde, de educação, antidrogas e de assistência social, para termos amplo entendimento, já que a segurança pública vai além do importante trabalho das polícias. Há o trabalho e os projetos na área de prevenção, que são muito importantes.

Passo a palavra ao Cel. Irani Avelar Saraiva, Comandante da 2ª RPM, e à Sra. Vânia Lúcia Godoi de Faria, para a alegria da nossa Deputada Maria Tereza Lara, que fica entusiasmada vendo as mulheres tomarem conta. Eu e a Dra. Vânia somos amigos de infância, da Vila Oeste. É uma alegria revê-la, realizando esse trabalho em Contagem. Que eles decidam como será a apresentação.

O Cel. Irani Avelar Saraiva - Bom-dia a todos, Deputado João Leite, Deputada Maria Tereza Lara, Deputado Durval Ângelo, Vereador Irineu, demais membros da Mesa. É um prazer estar aqui. Também fico feliz de ter a Dra. Vânia na chefia do departamento da
Código do documento: 800695

Polícia Civil. É uma pessoa muito competente, que tem feito brilhante trabalho em parceria conosco. A integração na 2ª RPM é muito clara, objetiva e importante. Os números relativos à criminalidade demonstram isso. Quero deixar claro que estou satisfeito de participar desta reunião, dada a importância de se debater segurança pública. Segurança pública vai muito além do serviço das Polícias Militar e Civil. É sempre bom termos outras pessoas, entidades e órgãos envolvidos no debate acerca da questão. Como dispõe a Constituição, é dever do Estado, mas responsabilidade de todos. É muito importante para nós discutir segurança pública. Também é comum cobrar da Polícia Militar, quando se fala sobre segurança pública. É claro que é preciso cobrar, mas não só da Polícia Militar.

Nós, na condição de responsáveis pela segurança pública, trabalhamos muito com números, o georreferenciamento. Os números da 2ª RPM são muito bons, demonstrando que houve redução considerável da criminalidade. Trabalhamos com números de crimes violentos, números de crimes violentos contra o patrimônio, números de operações, números de armas apreendidas. Traçamos meta de redução do crime e de aumento das operações. Quando falamos sobre crime violento, referimo-nos a estupro tentado e consumado; a homicídio tentado e consumado; a roubo consumado, que envolve o roubo com força física e o assalto com uso de arma; a sequestro e cárcere privado; e a extorsão mediante sequestro.

Houve uma queda de 17,96% no índice de crimes violentos na região. É um número bastante significativo. Estamos considerando aqui

os quatro primeiros meses de 2009 e de 2010. De 2008 para 2009, houve uma queda e, de 2009 para 2010, uma queda de 17,96%. (- Falha na gravação.) ...é homicídio consumado. Homicídio é o crime que não tem cifra negra, ou seja, não há ocorrência de homicídio que não saibamos, porque o corpo aparece e não há como mascarar o fato. A queda no índice de homicídios em Contagem foi de 21%; de homicídio tentado, 22%; e de roubo consumado, 18%. Houve acréscimo considerável no número de operações desenvolvidas na região. Temos apreendido mais armas de fogo, mas este ano tivemos uma pequena queda, que, na realidade, é resultado da grande apreensão que ocorreu no passado. A tendência é diminuir o número de armas de fogo à medida que elas forem apreendidas. E, se elas diminuïrem, a tendência é apreender menos armas. Mesmo assim temos apreendido um número considerável, e muitas vezes ele nos assusta. Em toda a região, apreendemos mais de 300 armas de fogo por mês. Aliás, a 2ª Região da Polícia Militar e o 2º Departamento da Polícia Civil abrangem 17 Municípios, sendo os principais Contagem, Betim, Neves, Ibirité, mas tem também Igarapé, Crucilândia, Piedade dos Gerais, Bonfim, Itaguara, etc. Como é bem diversificada, a região tem problemas de capital e de interior.

O Sr. ... - Tem Rio Manso.

O Cel. Irani Avelar Saraiva - Quem é de Rio Manso?

O Sr. ... - Minha mãe.

O Cel. Irani Avelar Saraiva - Graças a Deus, Rio Manso é muito tranquilo.

O Sr. ... - Que beleza!

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura

24/5/2010 - 10 horas

Pág.: 8

O Cel. Irani Avelar Saraiva - Os Municípios que nos preocupam e que mais têm chamado a nossa atenção são Contagem, Betim, Neves e Ibirité. Igarapé não nos preocupa muito. A queda nos índices de criminalidade em todos os Municípios tem sido constante. É a realidade do Estado.

As ocorrências envolvendo menores - essa era uma forma de ação das gangues - estavam tendo um acréscimo muito grande. A princípio, a dificuldade era maior, mas, com o apoio do Juizado da Vara da Infância e da Adolescência, temos conseguido reduzir expressivamente as ocorrências que tem o menor como o agente, enquanto as ocorrências envolvendo menor como vítima aumentaram. Na realidade, está havendo uma queda no índice de criminalidade. (- Falha na gravação.) Temos conseguido diminuir o índice de criminalidade não só em Contagem, mas também em Betim e Ribeirão das Neves. Apesar das muitas dificuldades que enfrentamos, as coisas têm melhorado a cada dia. (- Falha na gravação.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Registramos a presença no plenário do Vereador Gustavo Gibson. (- Falha na gravação.) Com a palavra, a Sra. Vânia Lúcia Godoi de Faria.

A Sra. Vânia Lúcia Godoi de Faria - Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública, é um grande prazer revê-lo. Parabéns pelo seu trabalho, que é de grande orgulho para nós, ainda mais porque o conhecemos desde criança. Bom dia, Prof. Irineu, Presidente da Câmara; Deputado Durval Ângelo; Deputada Maria Tereza Lara - fico muito feliz em ver as mulheres numa posição de

Código do documento: 800695

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 9**

comando, elas realmente tentam resolver os problemas, portanto tenho muito orgulho de vê-la nessa posição -; meu grande amigo e parceiro Cel. Avelar; Luiz Cláudio, representando a Prefeita de Contagem; Dr. Elias, Juiz de Direito da nossa Comarca; Vereadores, senhoras e senhores.

Estou aqui representando o Dr. Marco Antônio Monteiro, Chefe de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, conseqüentemente, sou a Chefe do 2º Departamento de Polícia Civil de Contagem, que compõe a 2ª Risp do Estado de Minas Gerais, da qual fazem parte Contagem, Betim, Juatuba, Ibirité e Ribeirão das Neves.

Fico muito tranquila para falar em segurança pública, apesar de não morar em Contagem, mas sou filha desse Município. Fiquei muito feliz quando recebi o título de Cidadã Honorária de Contagem em março próximo passado, mas não foi preciso esse título para que ajudasse Contagem a enfrentar a criminalidade. Desde que cheguei aqui, há aproximadamente dois anos, Contagem já estava tumultuada, com muitas coisas emperradas na Polícia Civil por uma série de razões. Mas o meu perfil é de trabalhar, e trabalhar muito, fazendo parcerias para todos alcancemos um bom resultado.

Nós, da área de segurança pública, conhecemos muito bem a Polícia Civil, mas muitas vezes as pessoas acham que redução de criminalidade é só colocar policial nas ruas. Isso não é verdade. Temos duas vertentes para reduzir criminalidade. A primeira é a sensação subjetiva, o visual e a presença ostensiva da Polícia Militar na rua. Esse é um fator preventivo. Mas de nada valeria esse

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 10**

trabalho - que, aliás, o Cel. Avelar vem fazendo muito bem, como sempre o fez -, se nós, da Polícia Civil, não déssemos sequência às atitudes da Polícia Militar. Desde que aqui assumi o cargo, tenho investido e cobrado isso. Hoje a minha função é cobrar e administrar. Em Contagem temos seis delegacias, mais a Dopcad e a Delegacia de Homicídios. Quase todas essas delegacias, com exceção da Delegacia de Homicídios de Contagem, que está diretamente subordinada ao Departamento de Homicídios de Belo Horizonte, estão subordinadas ao 2º Departamento de Polícia Civil de Contagem. A bem da verdade, estamos unindo-nos para fazer um bom trabalho em Contagem. Nessas seis delegacias, há um número muito grande de inquéritos policiais instaurados e por concluir, além de um grande número de termos circunstanciados, que são aquelas ocorrências de cometimento de menor potencial ofensivo. Também temos grande número de vários outros procedimentos.

Não cabe à população, à sociedade, entender as nossas dificuldades. Acho que a Polícia Civil tem de dar um respaldo proporcional ao trabalho da Polícia Militar. É o que temos feito, tanto que está havendo redução no índice de criminalidade. Contagem, especificamente, e, em segundo lugar, Betim têm um estigma dentro do Estado de Minas Gerais de que são cidades muito violentas e que o povo é muito violento. Quando aqui cheguei, diziam que Nova Contagem era um bicho de sete cabeças. Não é. Não é porque temos números e porque temos combatido a criminalidade. Como disse o meu colega, Cel. Avelar, o que é muito feio e grave para nós, da sociedade, é a vida

do cidadão. Também achamos isso. Só que para cada vida tirada são em média de 500 a mil ocorrências de furto, de ameaça, de lesão corporal. Ou seja, as ocorrências de crimes de menor potencial ofensivo é infinitamente maior que as dos crimes graves. Para nós, crimes graves são aqueles considerados crimes violentos. E crimes violentos temos de bater muito, e estamos batendo. Entretanto, na minoria dos crimes violentos, principalmente de homicídio e roubo, que são graves porque destroem famílias inteiras, conseguimos saber, até no próprio local, a sua autoria. Na minoria desses crimes, por várias razões, conseguimos que o autor se identifique, mas, na maioria deles, nós, da Polícia Civil, para darmos sequência à elucidação da autoria, precisamos de testemunha, ainda que sejam denúncias anônimas. Como disse também o Cel. Avelar, temos uma Constituição Federal que garante a todos o direito e o dever de colaborar dentro de uma sociedade. E o índice de crimes violentos diminuiu em Nova Contagem por causa da ajuda da população.

Hoje a população de Nova Contagem não permite que traficantes e bandidos permaneçam ali, porque denunciam anonimamente. A sociedade tem colaborado muito com a polícia. Cobrar, falar onde está o erro, clamar por justiça, esse é o papel da sociedade e é nossa obrigação dar resposta para isso. Hoje, especificamente em Contagem, onde está sendo realizado este fórum, a nossa resposta é a redução de números, e números infinitamente menores que os das outras regiões do Estado de Minas Gerais. No "ranking" do Estado de Minas Gerais, Contagem está aproximando-se do 2º lugar. Ribeirão das Neves, Código do documento: 800695

que sempre teve o estigma de ser umas das cidades mais violentas do Estado de Minas Gerais, o que não é verdade, hoje tem problemas pontuais de criminalidade os quais também temos conseguido resolver. Ou seja, fiquem à vontade, estamos aqui como testemunha - não adianta falarmos em suposições - de que hoje a 2ª RPM, da qual eu e o Cel. Avelar estamos à frente, tem reduzido o índice de criminalidade, ainda que a sensação não tenha diminuído por causa da cultura de que essas regiões eram violentas. Então levem essa tranquilidade e multipliquem essas atitudes. Estamos à disposição para apresentar dados e atender às pessoas em qualquer situação.

Termino a minha fala colocando-me à disposição dos senhores. Deixo claro que os nossos Delegados têm trabalhado muito. Na verdade, temos plantões. O número de Delegados e o de policiais civis é infinitamente menor que o de policiais militares. Por essa razão, às vezes temos demorado na conclusão de alguns inquéritos, de alguns feitos, razão pela qual damos prioridade àqueles mais graves. Temos de tentar fazer isso para não deixar de fazer as coisas, e que façamos benfeito o que fizermos. Deputado João Leite, coloco-me à disposição da Mesa e dos senhores. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Registro, com muito prazer, as seguintes presenças: Cristina Diniz, do Conselho Estadual da Mulher; Gustavo, representante da Secretaria de Esportes e da Juventude; Alda Salvador, do Conselho de Segurança Pública de Venda Nova, em Belo Horizonte.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 13**

Por favor, gostaria de receber os nomes dos representantes dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública de Contagem, para que possam usar da palavra.

Registro e agradeço a presença do Pe. Ferreira, do Pastor Jeferson, do Pastor Antônio, do Pastor Waldir e sua esposa, do Pastor Jonas e sua esposa Cristina Klein.

Convido para compor a Mesa o Cap. Paulo Enock Marques da Silva, que representa o Ten.-Cel. Edson Alves Franco.

(- Falha na gravação.) Comandante do 2º Batalhão de Bombeiros Militar, instalado em Contagem; Vereador Silva; Dr. Lindomar, Presidente do PT municipal; Nilton Silva, administrador regional.

Com a palavra, o Dr. Elias Charbil Adou Obeid, Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Contagem.

O Juiz Elias Charbil Adou Obeid - Deputado João Leite, Presidente desta Comissão de Segurança Pública; demais componentes da Mesa; senhoras e senhores. Estou representando o Judiciário, sou Juiz da Vara da Infância e da Juventude. Cheguei aqui em outubro do ano passado. Estamos enfrentando várias questões, principalmente o mito de que menores de idade não são punidos. Isso é somente um mito, porque, se compararmos punições aplicadas a menores de idade e as aplicadas a maiores de idade, iremos verificar que as punições de menores de idade são mais graves, mais céleres. A Polícia Militar, a Polícia Civil e o Ministério Público têm realizado um trabalho excelente na elucidação de delitos, de atos infracionais. Temos

observado, no dia a dia, uma queda bastante acentuada desses atos infracionais.

Enfrentamos dois problemas: um deles é a Dopcad, que não está suportando o número de menores apreendidos, porque possui três celas, cada uma com cinco vagas, num total de 15, mas são 21 menores apreendidos. Desses 21, 9 estão condenados e aguardam vagas em centro de internação. Outro problema é a ausência, em Contagem, de um centro de internação. Basicamente, eram essas duas questões que gostaríamos de levantar, ou seja, aumentar o número de celas da Dopcad - existe espaço para isso - e a ausência de um centro de internação em Contagem, porque as vagas para os menores estão surgindo, mas de maneira lenta, e não da forma como precisamos, a fim de que o processo seja acelerado. O objetivo não é apenas punir o menor, mas também reintegrá-lo na sociedade. Obrigado.

O Sr. Presidente - (- Falha na gravação.) Dr. Fernando Augusto Cipolini Lelo, Promotor de Justiça de Contagem.

O Promotor Fernando Augusto Cipolini Lelo - Agradeço ao Deputado João Leite pelo convite feito ao Ministério Público, na pessoa do Procurador-Geral, que estou representando. Sou Promotor na 21ª Promotoria de Justiça, estou em Contagem desde julho de 2008. Venho de Ribeirão das Neves, onde trabalhei durante três anos. Antes disso, trabalhei no Norte de Minas. Sou natural do Estado de São Paulo.

O problema que o Ministério Público enfrenta atualmente na Comarca de Contagem é o número excessivo de inquéritos e processos em

Código do documento: 800695

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 15**

andamento. Há uma cobrança, junto ao órgão, de aumento de Promotorias Criminais, a fim de darmos uma resposta rápida e eficaz à criminalidade em Contagem. Noto, como Promotor Criminal, que, por trás dos crimes apontados pelas autoridades militar e civil, está o tráfico de drogas, que não é um crime cometido com violência nem grave ameaça, mas causa roubo, furto, homicídio. Não é a causa principal desses delitos, mas de um grande número deles.

Enfrento dificuldades - sofri isso na pele, na semana passada - com a falta de participação da população na elucidação de crimes. Depois que um crime é cometido, para nós, que participamos da segurança pública, Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil e Judiciário, é muito importante a colaboração da sociedade na investigação desse crime. Ninguém, no Brasil, será condenado com o que achamos que aconteceu. Para que alguém seja condenado - isso é uma garantia minha, dos senhores, enfim, de todos aqui -, deve ficar provado que realmente fez alguma coisa. Como o Ministério Público, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Judiciário não podem estar presentes em todos os locais, em todas as horas, é necessário que a pessoa que presencia um crime ou seja vítima se disponha a colaborar com a Justiça. Cobrar sem participar é algo que nos deixa sem saída.

Enfatizo isso, porque abordarei rapidamente um caso que ocorreu na semana passada, em que um indivíduo somente será condenado porque confessou haver cometido o crime. As oito vítimas que permaneceram com ele durante meia hora não o reconheceram, estavam visivelmente abatidas e com medo. Sabemos disso, mas precisamos desse

depoimento. O Ministério Público está à disposição da comunidade, está aberto na parte da manhã. O expediente dos Promotores é à tarde. Eventualmente, um ou outro Promotor se encontra na parte da manhã, mas o nosso expediente é de 12 horas às 18 horas ou 19 horas. Estamos lá, à disposição da população.

Parabenizo mais uma vez o Deputado João Leite pela realização desta audiência, mas gostaria que iniciativas como essa fossem rotina. Não adianta cada um permanecer em seu local de trabalho, a população ficar distante dos órgãos públicos, porque a justiça nunca será feita. Coloco-me à disposição da população, da autoridade militar, da autoridade civil e do Judiciário. Estaremos sempre de portas abertas para atender a população de Contagem. Agradeço o convite mais uma vez.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Fernando.

Cap. Paulo Enock, o 2º Batalhão abrange a Região Integrada de Segurança Pública? Solicito que o senhor aborde a participação dos bombeiros militares. Os Comandantes falaram sobre a quilometragem das rodovias federais e estaduais. Como é o trabalho dos bombeiros em resgates, acidentes nessa região?

O Cap. Paulo Enock Marques da Silva - Bom dia a todos. Cumprimento o Deputado João Leite, na pessoa de quem saúdo os demais presentes. O Corpo de Bombeiros pertence à parte de segurança pública ligada a desastres. Isso não significa que não atuemos na prevenção da criminalidade, porque realizamos alguns trabalhos em parceria com a Polícia Militar, por exemplo, na fiscalização de edificações que

Código do documento: 800695

não possuem projetos de prevenção contra incêndio e pânico. Dessa forma, conseguimos evitar, com a Polícia Militar Civil, alguns tipos de crimes.

O que afeta o Corpo de Bombeiros na região de Contagem é o grande número de rodovias existentes naquela área. É um serviço exaustivo. Ouvi a Dra. Vânia falando sobre o efetivo da Polícia Civil, que é infinitamente inferior ao da Polícia Militar. O efetivo do Corpo de Bombeiros é infinitamente, infinitamente. (- Risos.) O nosso desgaste é muito grande. A nossa jornada de trabalho é de 24 horas seguidas. O número de viaturas disponíveis para o Corpo de Bombeiros é de quatro unidades de resgate. Somos auxiliados pelas viaturas do Samu. Carregamos essa pedra - digamos assim - com o Samu.

O Corpo de Bombeiros não atende somente ocorrências de resgate. Além delas, existem ocorrências de incêndio, de cortes de árvores e de incêndios florestais. Se falarmos em todas as ocorrências que atendemos, ficaremos aqui até amanhã.

O Sr. Presidente - Afogamentos em Várzea das Flores.

O Cap. Paulo Enock Marques da Silva - Várzea das Flores é o nosso calcanhar de Aquiles, porque é uma área imensa. No Carnaval e na Semana Santa utilizamos um efetivo muito grande. Fomos auxiliados pelos alunos da Academia de Polícia, do CFO-BM, e do curso de formação de Sargentos. Em algumas ocasiões, chegamos a colocar sete ou oito pontos de apoio dos bombeiros. Isso não quer dizer que conseguimos abranger toda a lagoa, porque ela é muito grande. Nos

locais em que ocorrem incidentes são justamente aqueles que não têm a presença de bombeiros.

Para que essas operações fossem montadas, fizemos análise da água. Alguns pontos que não oferecem condições mínimas de saúde para as pessoas não foram objeto de nossa operação. Estamos procurando conciliar tudo isso. Estamos na luta, à disposição das Polícias Militar e Civil, caso necessitem do nosso apoio. Estamos dispostos a fazer operações para a prevenção da criminalidade. O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros e o Ten.-Cel. Edson Alves Franco, Comandante do 2º Batalhão, deixam as portas abertas para atender a todos. Era isso que gostaríamos de expor para a população. Estamos à disposição para responder as perguntas que, porventura, tivermos condições. Sabemos que é muito complicado responder algumas indagações. Temos muitas carências, mas estamos tentando supri-las.

O Sr. Presidente - Obrigado, Capitão, pelas suas informações importantes. Observei que o Dr. Rodrigo anotou tudo para levar ao nosso Secretário de Defesa Social. (- Risos.) Se não anotou, faremos requerimentos.

Registro a presença do Vereador Ravilson Filho. Obrigado, Vereador, não apenas por sua presença, mas também por essa parceria com a Assembleia Legislativa para a realização desta audiência.

Passo a palavra à Dra. Cláudia Costa de Almeida, Defensora Pública, aqui representando o Dr. Belmar Azze Ramos, Defensor Público. Ela falará sobre a área onde há menos prevenção. Depois

passaremos a palavra ao representante da Prefeitura. Então, com a palavra, a Dra. Cláudia.

A Defensora Pública Cláudia Costa de Almeida - Muito obrigada. Bom dia a todos que vieram prestigiar essa brilhante iniciativa. Inicialmente gostaria de dizer que, embora a Defensoria Pública seja uma instituição essencial ao funcionamento da Justiça, muitas pessoas ainda não têm uma ideia correta de qual seria o funcionamento dessa instituição. Então gostaria de dizer aos presentes que a Defensoria tem uma atuação judicial e extrajudicial também, na medida em que ela proporciona à população carente, aos hipossuficientes, condições de constituir um advogado particular, ter acesso à Justiça e aos direitos fundamentais, como moradia, saúde e dignidade da pessoa humana.

Quanto à criminalidade, posso dizer que passei um ano e meio atuando no Tribunal do Júri da Comarca de Contagem, local onde apuramos os crimes dolosos contra a vida. Posso dizer, sem medo de errar, que pelo menos 80% dos casos em Contagem tinham como pano de fundo o tráfico de drogas. Agora eu atuo perante a 1ª Vara Criminal de Contagem e tenho visto o tráfico de drogas, o furto, o roubo, mas continuo com a mesma sensação de que o tráfico está na raiz do crime. É claro que nem todos os crimes são provenientes do tráfico de drogas, mas roubos, furtos, tudo está ligado ao tráfico. Acredito, como foi falado muito bem pelo Dr. Fernando e por outras autoridades que estiveram aqui, que a população precisa conscientizar-se do mal que o tráfico traz para a sociedade de Contagem, de como o crime de

Código do documento: 800695

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 20**

tráfico de drogas tem acabado com famílias e trazido para a Justiça uma série de processos que geram a perda da liberdade. Temos de começar a atuar de forma preventiva para perceber o que pode ser feito para inibir o tráfico e para salvar a nossa sociedade. Agradeço o convite e fico extremamente honrado de estar aqui representando o Defensor Público-Geral, Dr. Belmar Azze Ramos. Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento e ajuda. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Cláudia. O Deputado Durval Ângelo gostou, porque ele é um dos autores da lei que levou a Defensoria Pública para todas as comarcas de Minas Gerais.

Iniciaremos agora uma outra parte da segurança pública que é muito importante. A Prefeitura, especialmente, tem papel fundamental na segurança pública em relação à própria organização das cidades, porque algumas vezes ela resolve coisas que a polícia não pode fazer. Por exemplo, pode fechar estabelecimentos por meio da Vigilância Sanitária e, até na organização da própria Várzea das Flores, a Prefeitura tem um papel importante. Por isso agradeço a presença do Luiz Cláudio de Almeida Teodoro, Secretário Adjunto de Defesa Social e representante da Prefeita Marília Campos, passando-lhe a palavra.

O Secretário Adjunto Luiz Cláudio de Almeida Teodoro - Bom dia a todos, e cumprimento a Mesa na pessoa do Presidente João Leite. Nós, da Prefeitura, achamos que dois caminhos têm sido fundamentais para melhorar a segurança pública em Contagem. Um deles, obviamente, que é o papel mais direto da Prefeitura, é a prevenção. Além de todos

os projetos e programas que cada Secretaria do Município tem, com índices satisfatórios na educação, na saúde, na assistência social, há também uma série de projetos que temos feito de forma conjunta. E acho que essa é a segunda grande questão. Temos trabalhado na Prefeitura com o princípio de intersetorialidade, que é um trabalho conjunto dessas Secretarias. Estamos lançando projetos novos, tanto para nós quanto para a cidade, que acreditamos darão certo, e há também o trabalho conjunto com o Estado.

Como o Cel. Avelar e a Dra. Vânia falaram, temos trabalhado com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com o Corpo de Bombeiros, não só como era antigamente, pagando aluguel de delegacia, de companhia de polícia, de ceder terreno, mas também fazendo trabalho efetivo. E a grande prova disso tem sido o Gabinete de Gestão Integrada. Oito Municípios têm convênio com o governo federal, o Pronaf, que é um programa nacional de prevenção da cidadania. Somos um desses Municípios e temos, hoje, um investimento do governo federal na área da segurança pública por volta de R\$7.000.000,00, com toda a contrapartida dada pelo Município. E está sendo analisado no governo federal cerca de mais R\$10.000.000,00 de novos projetos a serem liberados.

Eu queria citar especialmente o Gabinete de Gestão Integrada, porque a forma como esse projeto funciona na cidade passa por esse gabinete, onde temos a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, autoridades do Judiciário convidadas, além da representação das Secretarias de Estado e das Secretarias Municipais.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 22**

Lá discutimos todos os projetos do governo federal e temos dado um passo a mais, que é discutir, de forma conjunta, a segurança pública na cidade. Somos o primeiro Município no País, dentro desse Gabinete, que vai além de discutir os projetos ligados ao Pronaf. Temos discutido muito os projetos de prevenção e de atuação conjunta na cidade.

Vimos o Cap. Enock falando das dificuldades do Corpo de Bombeiros. Lembramos também que fizemos todo o trabalho de resgate de acidentes com a Guarda Municipal; fizemos o treinamento da Guarda e atuamos juntos no carnaval e na Semana Santa na Várzea das Flores. A Guarda Municipal tem ajudado nessas ações preventivas ligadas especialmente ao Corpo de Bombeiros, mas o planejamento mais amplo talvez seja a grande questão para caminharmos. Além do Gabinete, estamos com projetos de prevenção, como o Mulheres da Paz, com 300 mulheres que se capacitam, durante quatro meses, para ajudarem suas comunidades na identificação de crianças e adolescentes vulneráveis ao tráfico, à violência, à fome, à falta de moradia, a fim de encaminhá-los para os projetos de assistência. Estamos com o Programa de Esporte e Lazer, que tem uma série de oficinas na cidade, com quadras de esporte e lazer, oficinas de futebol, vôlei e basquete e também oficinas de teatro, música, cinema, nas áreas mais vulneráveis da cidade. Estamos bancando, com o governo federal, um projeto de valorização dos agentes de segurança pública, o Bolsa-Formação. Praticamente todos os Guardas Municipais recebem essa bolsa, além dos policiais militares e civis. Temos essa parte de valorização dos

Código do documento: 800695

servidores da segurança. Estamos com o pedido de um programa cuja implementação está sendo encaminhada, que é um trabalho específico com esses jovens, o Protejo. Tínhamos pedido 250 vagas e, na semana passada, tivemos a boa notícia de que viriam 500, pela característica do nosso Município. Conseguimos essas vagas graças à nossa Prefeita, que tem estado em Brasília cobrando esse projeto. Cabe também ressaltar o convênio que temos com a Secretaria do Estado, como o projeto Fica Vivo e todo o pacote que vem junto, na região de Várzea das Flores, em Nova Contagem. Todos esses projetos preventivos e essa ação conjunta, além do trabalho das Polícias Civil e Militar, ajudaram a reduzir os índices.

Aproveitamos para, além de dar as boas notícias, cobrar das autoridades. Deputado João Leite, é bom termos essas audiências para mostrar que temos, de fato, uma carência muito grande das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros na cidade. Temos participado de várias reuniões na cidade no que diz respeito à segurança. E é interessante que nós, do poder público municipal, tanto o Legislativo quanto o Executivo, estamos presentes, e as polícias também se fazem presentes, mas ainda sentimos a falta da participação direta do Estado. Sentimos isso porque, na maioria das reuniões, tanto as Polícias Civil e Militar quanto o Corpo de Bombeiros colocam essa carência, mas não temos ninguém do Estado para responder a elas, o que acaba caindo no colo da Prefeitura. Ouvimos comentários em que disseram que, apesar de estarmos no limite com Belo Horizonte, a infraestrutura existente para as polícias em Contagem é uma e para

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 24**

Belo Horizonte é outra. Gostaria de salientar que o Estado precisa rever essa falta de recursos da cidade. Não estou dizendo isso porque temos algum problema com o Estado, muito pelo contrário. Na semana passada, até estivemos com o Secretário e, além de discutirmos algumas questões da cidade, também apresentamos isso a ele, que ficou de encaminhar para o Governador Anastasia. Muito obrigado; estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

O Sr. Presidente - Vamos para a educação. Com a palavra, a Prof^a Rosângela Leonardo da Silva, Diretora Educacional da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B. Obrigado pela presença.

A Sra. Rosângela Leonardo da Silva - Bom dia a todos. Agradeço o convite em nome da Prof^a Vanessa. Sinto-me bastante lisonjeada em estar numa discussão tão importante, de um caráter tão presente na nossa sociedade, que é a solução da violência sob o ponto de vista de quem sofre de um lado e de quem tenta agir de outro. Nós sofremos quando recebemos o nosso aluno que teve a sua família agredida ou dilacerada em algum momento. Tentamos também trabalhar de um outro lado, que é o da prevenção e que teria um caráter educativo no sentido de diminuir o crescente da criminalidade.

Trabalhamos nesse sentido e tentamos, de alguma forma, nos envolver com todos esses problemas e, para isso, contamos muito, sempre, com conselhos tutelares, Promotoria de Justiça, etc. Estamos sempre em contato para fazer nosso trabalho e auxiliar aquele cidadão que está durante determinadas horas em nossas mãos. Fico muito grata

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 25**

e feliz em estar em uma discussão que entende que o papel de todos nós e de cada um aqui representado - educação, desenvolvimento, polícia, Defensoria, Justiça - tem que se integrar para realmente trazer um benefício para a diminuição da violência. Fico agradecida e desejo um bom trabalho a todos. (- Palmas.)

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, professora. Agora, ouviremos o Dr. Anthero Drumond Júnior, Diretor da Gerência Regional de Saúde de Belo Horizonte. O senhor já ouviu sobre a questão do tráfico de drogas e agora dará uma aula a respeito de como enfrentaremos essa quantidade de usuários, essa demanda grande. O Dr. Anthero é um grande amigo e tem uma folha de serviços prestados a Minas Gerais. Muito obrigado pela presença.

O Sr. Anthero Drumond Júnior - Muito bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar presente a esse evento. Queria fazer uma saudação especial ao Deputado João Leite, à Deputada Maria Tereza Lara, ao Deputado Durval Ângelo e ao Presidente da Câmara, Vereador Irineu. Nas pessoas dessas autoridades, estendo a saudação e o cumprimento aos demais membros desta Mesa Diretora. Trago aqui minhas palavras de agradecimento pelo convite ao nosso Secretário de Estado de Saúde, Dr. Antônio Jorge, que manifestou pessoalmente a importância de estar presente a este evento, pois sabemos como tem sido importante essa caminhada itinerante da Comissão de Segurança Pública.

De fato, ao ouvir os demais participantes nessa primeira intervenção, fiquei pensando como é realmente importante pensarmos em

Código do documento: 800695

ações preventivas para a segurança pública. Como poderíamos executá-las? Achei muito interessante o fato de parte de meu pensamento ir sendo abordado aqui pelos expositores que me antecederam. A presença ostensiva, como foi exposto aqui por nosso representante da Polícia Militar, realmente é importantíssima para provocar a redução de agravos e trabalhar no sentido da segurança pública. Existem trabalhos mostrando que isso é significativo na prevenção e na redução. Considerei também muito oportuna a fala da representante da Polícia Civil, que ressaltou a necessidade de mobilização social para colocar na comunidade a noção de responsabilidade compartilhada. Se o cidadão não tiver noção de que também é responsável, não mudaremos. É muito frequente observarmos o indivíduo dizer que o problema não é dele e que a polícia não faz nada. Precisamos mudar essa forma de pensar e fazer com que cada cidadão tenha sua responsabilidade. Ele não pode deixar passar determinadas situações que ocorrem dentro de sua comunidade sem intervir de alguma forma. E essa intervenção é delegada pela Polícia Civil e pela Polícia Militar, pois hoje a possibilidade de denunciar anonimamente é muito divulgada, e isso temos que levar à frente. Portanto, é importantíssimo trazer a cada cidadão o senso de responsabilidade compartilhada dentro da sociedade. Isso realmente promove a mudança, é um caminho de prevenção de segurança pública.

As ações de assistência social também são fundamentais. Temos que nos lembrar delas e incluí-las na discussão com o objetivo de as trazeremos para a área de segurança pública.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 27**

Agora, vêm as outras áreas mencionadas aqui e falarei um pouquinho sobre as drogas. O Deputado João Leite lembrou que tenho uma dupla militância: não só sou Diretor da Regional de Saúde, que inclui Contagem e mais 39 Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como também presido o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Belo Horizonte - esse nome já está mudado na Câmara dos Vereadores, pois antes era Antidrogas. É da maior importância que Municípios de peso como Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sabará e outros grandes Municípios da região metropolitana tenham e incentivem a criação e o funcionamento de seus Conselhos Municipais de Política sobre Drogas. O controle social que o conselho deve exercer é uma contribuição da maior importância. Não podemos deixar Municípios com o peso de Contagem sem um conselho atuante nessa área. Aí peço ao Presidente da Comissão de Segurança Pública, Deputado João Leite, que faça chegar ao Prefeito de Belo Horizonte nossa preocupação com o fato de o conselho da Capital estar inativo há mais de um ano. Já foi solicitada a designação de seus membros, que, aliás, já foram indicados por todas as instituições: Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público e Vara de Tóxicos. Estão todos indicados, entretanto não estão designados e, portanto, sem qualquer chance de funcionamento. Somos devedores, em Belo Horizonte, dessa nossa responsabilidade de atuar.

Para finalizar, queria lembrar duas coisas que nos preocupam demais. Todos devem estar ouvindo falar muito, já que está na mídia e no nosso dia a dia, sobre o "crack" nos grandes centros.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 28**

Realmente, essa é uma preocupação que precisamos ter e trazer à discussão. O governo federal está investindo cerca de R\$430.000.000,00 para tratar dessa questão nos centros urbanos maiores, e temos que estar preparados para dar resposta e fazer uma boa utilização desses recursos. Já foi dito pelo próprio Lula que esse dinheiro virá com duas vertentes principais: uma é a de capacitar os profissionais responsáveis por lidar com essa área - e aí não estão incluídos apenas os profissionais de saúde, mas também os da área social, os conselhos tutelares, os conselhos de drogas, etc. -, pois precisamos homogeneizar o conhecimento do "crack" para podermos atuar; e a outra consiste na área de tratamento. É preciso dissimular a ideia de que o craqueiro não tem tratamento, de que o craqueiro morre. A pesquisa colocada pela USP no seu "site" mostra que 25% dos envolvidos com "crack" morrem em cinco anos, ou seja, a cada cinco anos, a população de usuários dessa droga morre, e quase sempre à bala e não pelo uso. Eles morrem porque a disputa - e a Defensora mencionou isso aqui - é grande na área do tráfico. A primeira causa da morte de nossa população de jovens entre 15 e 29 anos é a violência, e entre as violências, a primeira causa é bala. Precisamos atuar nisso. A segunda causa de morte é o álcool, que traz realmente violência. Essa é uma preocupação da área de segurança pública, pois essa é a primeira causa de morte em acidentes. Então, temos que nos preparar realmente dentro dessas duas áreas. Os recursos existem e estão chegando. Os Municípios de porte como Contagem, Belo Horizonte, Betim, etc. - repito - não podem estar

ausentes disso e não podem prescindir de seu papel de realmente fazer acontecer e mudar o quadro nessas duas áreas. Queríamos apenas pincelar nossas ideias e nos colocamos às ordens para discussões posteriores. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Dr. Anthero, que já está convocado para Divinópolis, amanhã; para a Assembleia Legislativa, em Belo Horizonte, no dia 1º; e para o fórum técnico que teremos nos dias 11, 12 e 13 de agosto. Ouviremos agora Maria da Glória Moraes, Diretora do Centro Social Urbano do Eldorado, representando Ana Lúcia Gazzola, Secretária de Estado de Desenvolvimento Social. Obrigado pela presença.

A Sra. Maria da Glória Moraes - Bom-dia a todos. Bom dia à Mesa. Estou muito feliz de participar, pois também sou moradora de Contagem. Estou aqui representando a Sedese. Temos a mesma preocupação com a prevenção e com a questão social que acabaram de mencionar. Estou mais feliz ainda porque estou vendo a Cristina ali em cima. Antes de ser encarada como Diretora do Cesu Eldorado, gostaria de relatar uma passagem minha por Contagem que é muito importante. Por cinco anos, fui Diretora do Espaço Curumim, no Parque São João, que é um lugar de muita vulnerabilidade social. A Elaine, que está ali, também participou disso comigo naquele período. Tivemos uma interação muito boa com a Prefeitura e conseguimos alcançar um índice quase que impossível no Parque São João, fazendo com que a comunidade se sentisse responsável por aquele espaço. Em um prazo de dois anos, percebemos que não tínhamos mais problemas dentro do nosso

Código do documento: 800695

espaço: não tínhamos mais assaltos, pixações, etc. A comunidade limpava, capinava o lugar e nos passava suas necessidades. Esse foi um trabalho de conscientização no sentido de que aquele espaço pertencia à comunidade e, a partir de ela ter tomado posse de seu espaço e de tê-lo otimizado, percebemos que a questão das drogas começou a se aproximar de nós. As pessoas queriam sair. Uma das que tentou fazê-lo teve sua casa queimada, arrombada, porque sentiu que aquilo já não fazia parte de sua vida. Tenho que agradecer essa construção ao Lindomar, Secretário de Educação e também de Assistência Social, junto com o programa Casa da Família - ele não está aqui.

Hoje não tenho todo esse apoio no Cesu, mas estou trabalhando nesse sentido - é bom o Secretário da Prefeita estar presente. Confio e acredito nisso. A segurança está ligada a todas as Secretarias, independentemente das Polícias Militar e Civil.

O Deputado Durval Ângelo - Há escola de jovens negros, baseada em escola real, que faz time de basquete que fica em 2º lugar no campeonato regional. Essas escolas sofreram várias intervenções. E há política de emprego, principalmente para a juventude. Ele chamou empresários e ofereceu redução, mas era preciso contratar pelo menos um jovem em situação de risco. Aí o Primeiro Emprego, da política de juventude, foi algo que ele tratou com muito carinho. Depois disto vem a tolerância zero. Ele falou: "Como você começa pela tolerância zero? A tolerância zero tem de ser o ápice de um processo". Acho que este é exemplo muito bom para a segurança pública. O João Leite e eu

tivemos a alegria de, durante dois ou três dias, convivermos com o Mestre Yum (?). Até hoje guardo com muito carinho o chaveiro que ele nos deu, aquele boné da polícia de Nova Iorque. Ele falou: "Esse boné da polícia de Nova Iorque é usado pelo cidadão, com alegria e satisfação". Ele disse que antes a polícia estava envolvida em agressões de negros; há 25 ou 30 anos, víamos em noticiários aqueles carros sendo queimados. Ele disse que hoje o cidadão tem orgulho de colocar um boné desse na cabeça, na cidade de Nova Iorque.

Cito exemplo nosso, de Nova Contagem. O Cel. Alvear sabe muito bem, porque acompanha Contagem há 10 anos. O índice de violência era altíssimo. A Prefeitura de Contagem, com a Prefeita Marília Campos, implementou a Escola Aberta, em convênio com o governo federal, em Nova Contagem. Havia assaltos e roubos em escolas de Nova Contagem, quase toda semana. Não parava computador, videocassete, televisão nem alimentos na despensa - talvez este fosse o único com o qual o Código Civil seria complacente, o furto famélico. Agora está aqui o Prof. Lindomar, com a questão das Mulheres da Paz, em Nova Contagem. Recentemente, tive a oportunidade de visitar grupo que desenvolve trabalho maravilhoso, a Secretaria de Ação Social, em parceria da Prefeitura com o Colégio Batista, em Nova Contagem. João, estão atendendo 2 mil a 3 mil pessoas em situação de risco em Nova Contagem. Se você visse o movimento, o envolvimento e a seriedade com que o trabalho é feito pelo Colégio Batista, perceberia que é algo extraordinário. O Município, por meio da Secretaria de Educação, tem considerado aqueles alunos do Colégio Batista para

Código do documento: 800695

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 32**

receberem recursos do Fundeb, um recurso significativo. Reclamam da burocracia, que é grande, mas é muito significativo.

As Irmãs Salesianas, em Nova Contagem, mantêm convênio de inclusão social com a Prefeitura. João, fiquei emocionado com aquelas crianças da casa do alho. A convite do Colégio Batista e da Secretaria de Ação Social, fui conhecer a Casa de Apoio de Nova Contagem, que trabalha com alho. Você precisaria ver o maquinário moderno. Levei para casa 1kg de alho. Nada é feito manualmente. Não há trabalho infantil algum. As mulheres da Casa de Apoio fazem o trabalho com alho, têm de provar que o aluno frequenta a escola e não podem entrar naquele trabalho clandestinamente. Estivemos lá há 11 anos. Crianças perdiam impressão digital. Mulheres perdem o olfato por causa do alho. Várias crianças não podiam tirar carteira de identidade, com aquele processo especial da Polícia Civil. Eu e o João fomos lá ver aquilo. Era insuportável andar pelas ruas do Ipê Amarelo, por causa do cheiro de alho. A TV Assembleia filmou crianças com carrinho de alho, na hora em que a Comissão chegou lá. Então, hoje também, com este trabalho com a Igreja Batista, com o PET, com a Secretaria, aqui presente, reduzimos em 70 ou 80% a violência em Nova Contagem. Maurício Rangel é o Secretário de Ação Social. Então vejo que aprendemos um pouquinho.

Gostaria de deixar 13 sugestões de requerimentos para a Secretaria, que precisamos para avançar nisto. O Juiz, Dr. Wagner, lançou movimento muito bonito de construir, a Apac de Contagem. João, precisamos de local para a Apac de Contagem. Existe espaço do governo

do Estado, como do Parque Fernão Dias. Existe espaço também do Estado, na área do Ceasa. O Dr. Wagner está precisando deste espaço de recurso; a Apac de Contagem, que contribuiu tanto para a segurança pública de Minas com a penitenciária, precisava deste espaço. É trabalho bonito, para o qual Dr. Wagner tem mobilizado muita gente.

Em relação ao Centro de Internação sobre o qual o Juiz falou, o terreno estava arrumado. Seria parceria entre as Prefeituras de Contagem e de Betim. Há quatro anos, o dinheiro não sai para a construção do centro. Estive com o Subsecretário Adjunto Daniel Nepomuceno, Vice-Presidente do nosso time, que ficou de agilizar isto, mas o tempo foi muito curto.

Precisamos que o governo do Estado adote e implante o Poupança Jovem em Contagem, pelo menos nas regiões de São Mateus e Nova Contagem. Precisamos urgentemente da implementação do Poupança Jovem. Contagem precisa de ensino médio estadual. A Prefeitura de Contagem gasta R\$20.000.000,00 com ensino médio, mas depende de convênio. A Dra. Vanessa, minha professora no mestrado em educação, há 25 ou 26 anos, entende que o ensino médio é do Estado. Está sendo feita faculdade, escola técnica federal na Ressaca, o que não é suficiente. A Prefeitura está com 10 mil alunos na Funec. Não é o suficiente. Agora precisamos de ensino médio diurno. Crianças de 15 ou 16 anos estão estudando. Precisamos de escola de ensino médio urgentemente no São Mateus, no Estrela Dalva, não de ensino médio noturno. A Glória nos disse que o Centro Social Urbano Eldorado e Amazonas tem de ser municipalizado. Falei isso com o Prof. Anastasia.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 34**

O Município está disposto. É uma atividade a mais de lazer. O Estado está distante. Precisamos da municipalização dos dois CSUs.

Efetivo da Polícia Civil e infraestrutura. Se vemos dificuldades nos Bombeiros, a Polícia Civil é a filha feia do sistema de defesa social em Contagem. Se visitarmos as estruturas e o efetivo da Polícia Civil, acharemos que Contagem não tem 800 mil habitantes. Contagem tem a metade dos policiais civis de Uberlândia e de Juiz de Fora. Essa é a verdade. Teremos notícias tristes e boas, por um lado, provavelmente, em trabalho que Dr. Paulo Alkmin, Ouvidor de Polícia, e eu estamos fazendo na Corregedoria. Precisaremos de mais efetivo logo, e a Dra. Vânia sabe muito bem do que estou falando. O efetivo do Corpo de Bombeiros é fundamental. O Corpo de Bombeiros daqui atende três ou quatro dúzias de cidades do interior. E não temos para atender. Não é só Contagem, não.

Precisamos de recursos do Fundo de Transporte Metropolitano. Depois de Belo Horizonte, Contagem é a cidade que tem o maior número de vias do DER. Recebemos zero, nos últimos cinco anos, para as vias dos ônibus. Cidadezinhas pequenas, como Ibirité, receberam não sei quantos milhões. Em Contagem, sabemos que o transporte é fundamental. Virou piada o Judiciário no Município. Não há como instalar mais varas do que as que foram criadas a pedido do Diretor do fórum. Precisamos de novo fórum em Contagem. Há terreno. Hoje uma das coisas que atrasam a prestação jurisdicional do Município são as dependências do fórum. Se desativarmos o fórum velho, não sei se servirá para o que foi feito na década de 70, que

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 35**

era para ser mercado municipal. Acho que nem para isso terá utilidade. Não haverá justiça com agilidade em Contagem se não tivermos novo prédio da Justiça no Município.

As coisas não caminham. Há oito anos, a Assembleia votou, em um mês e meio, a autorização para troca do terreno do fórum, que seria construído imediatamente, porque estava defasado desde a década de 70, quando o Dr. Emerson Tardieu era Juiz aqui, de Contagem. A 10ª questão é a Defensoria Pública. João, temos quatro Defensores Públicos em Contagem. Veio carta para mim agora. Há dois anos, Gleison Alexandre Passos Dutra está preso por tóxicos, em Nova Contagem. Não foi julgado até hoje porque, quando foi ao fórum, não havia Defensor Público. No dia 10/6/2010, às 13 horas, ele voltará para ser julgado e pode voltar novamente para a cadeia sem ser julgado. Passarei para a Defensora Pública. No dia 26 agora - chamarei o Presidente da Câmara -, às 17 horas, eu e Marília Campos estaremos com o Dr. Belmar, pedindo urgência. O Juiz Criminal daqui nos encaminhou, na semana retrasada, ofício falando da situação da Defensoria em Contagem. Não há segurança pública se não ampliarmos a Defensoria. Aprovamos a lei: no mínimo, um Defensor por cada comarca. Hoje só 40% das comarcas têm Defensor Público. Agora temos de aprovar segunda lei: o que acontecerá com o Governador que não cumprir nossa lei de ter um Defensor. Em muitos lugares, como em Contagem, são insuficientes.

Precisamos de novas parcerias do Programa Segundo Tempo, em Contagem. A Secretaria de Esportes tem procurado, mas não tem havido

ampliação. Para vocês terem ideia, Juiz de Fora tem quatro vezes mais convênios do que Contagem. Precisamos ampliar o Programa Fica Vivo, urgentemente. Ele tem de ser implantado nos Bairros São Mateus e Estrela Dalva, onde houve aqueles tristes episódios, recentemente.

O 13ª item, são os poucos projetos de clínicas de toxicodependentes, na maioria mantidos por igrejas - algumas igrejas são de Contagem e têm os programas fora. Acompanho aqui a Família de Caná e mais cinco programas no interior, que recebem jovens nossos. O local que recebe mais jovens é a clínica do Pastor Gervásio e da Pastora Olga, em Moeda. Estou encaminhando muita gente para lá, mas precisamos desses programas em Contagem. Deveríamos marcar para que o Dr. Cloves viesse a reunião na Câmara, com as Igrejas Evangélica e Católica, para procedermos a debate específico sobre tóxicos, em parceria com os governos federal e estadual. Não há nem uma vaga pública para tratar toxicodependente em Contagem. São 800 mil habitantes, mas não há nem uma vaga pública. São 13 reivindicações para a Comissão, que acho que ajudariam muito. Ficarei aqui até às 11h45min. Tenho de ir, porque temos reunião preparatória para o debate à tarde.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente Deputado João Leite, pedi a fala agora porque o Deputado Durval Ângelo tem de sair antes do meio-dia, mas já é meio-dia. Antes de cumprimentar as autoridades, o que farei daqui a pouco, aproveito a oportunidade para

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas Pág.: 37

cumprimentá-lo, como Deputado companheiro nosso, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, residente em Contagem. Nem preciso dizer do seu conhecimento e compromisso com Contagem, depois de todas essas propostas e esses requerimentos tão aprofundados, de quem de fato conhece a realidade não só de Contagem como também de todo o Estado.

A Comissão de Direitos Humanos, do Deputado Durval Ângelo, tem percorrido o Estado, como tem feito a nossa Comissão de Segurança Pública, para obter um diagnóstico da realidade estadual e contribuir com o debate sobre o tema.

Deputado Durval Ângelo, à primeira vista pode parecer que a Comissão de Comissão de Segurança Pública não tem nada a ver com direitos humanos, mas tem, principalmente depois da Conferência Nacional, em que foi dito que a segurança pública diz respeito às três esferas de Poder e sobretudo à sociedade civil. Essas duas Comissões têm tudo a ver e se completam para somarem forças a fim de atingirem o mesmo objetivo. Temos uma sociedade em que o respeito à vida tem de ser prioridade, não é Padre Ferreira, Pastor Jeferson e representantes das igrejas cristãs. Realmente o principal objetivo de todos nós é a defesa da vida, pois ela é o bem maior. Se a retirarmos, todos os outros direitos não mais existirão.

Deputado Durval Ângelo, cumprimento-o pelo seu trabalho e compromisso em todo o Estado há longa data. Realmente V. Exa. é um Deputado que nos honra na Assembleia Legislativa, assim como o nosso

Presidente, Deputado João Leite. Não é à toa que são parceiros nessa caminhada. Obrigada, Deputado. Depois farei uso da palavra.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado. Gostaria de incentivar todos a estarem atentos ao fórum técnico que será realizado na Assembleia Legislativa nos dias 11, 12 e 13 de agosto, o qual será o fechamento de todo esse trabalho da Comissão de Segurança Pública. Pelo que temos visto em todas as regiões, ele aponta para a questão das drogas, tanto que será chamado Fórum Técnico Segurança Pública: Drogas, Criminalidade e Violência. Focaremos justamente nisso.

De alguma forma, a partir desse fórum, gostaríamos de orientar a Assembleia Legislativa em relação ao próximo orçamento. A questão dos efetivos e das drogas tem sido levantada, assim como o tratamento dos usuários. Gostaria que todos marcassem essa data em suas agendas, para comparecerem à Assembleia Legislativa. Várias entidades estão contribuindo com ideias para esse fórum técnico, como o Conselho Estadual da Mulher, a Secretaria de Esporte e Juventude, os Conseps e a própria Secretaria de Defesa Social.

Com a palavra, o Sr. Rodrigo Xavier da Silva, representante do Dr. Moacyr Lobato de Campos Filho, Secretário de Estado de Defesa Social.

O Sr. Rodrigo Xavier da Silva - Bom dia, Deputado João Leite, em cuja pessoa cumprimento todos os presentes.

Estive nesta Casa há um ano em uma outra condição, não representando a Secretaria de Estado de Defesa Social, mas na

qualidade de articulador na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública em Minas Gerais. Nessa oportunidade, pude conhecer um pouco da realidade e dos problemas relativos à segurança pública de Contagem e região.

Depois da fala do Deputado Durval Ângelo, seria uma tarefa quase inglória fazer uma defesa da Secretaria de Estado de Defesa Social, pois 90% dos problemas apontados por ele estão relacionados com o Estado.

Gostaria de acrescentar à lista do Deputado, sem pretender fazer nenhuma crítica à sua postura e sem nenhuma ironia, a questão do efetivo da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal em Minas Gerais, haja vista que a maior malha rodoviária do Brasil está neste Estado, e sabemos que o efetivo da Polícia Rodoviária é infinitamente aquém da necessidade para o bom andamento do serviço.

Gostaria de discordar, sem pretender fazer a defesa da Polícia Civil, pois a Dra. Vânia está presente e poderá tecer algumas considerações, com o que disseram, ou seja, que essa polícia seja a prima feia dessa relação. Definitivamente isso não é verdade, pois a Polícia Civil tem realizado um trabalho possível, de acordo com as suas condições, com o seu efetivo e com os recursos destinados. Certamente essa questão do efetivo da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e da Defensoria Pública será levada ao conhecimento do Secretário Dr. Moacyr Lobato, que, juntamente com os Comandantes das instituições, poderá fazer um planejamento mais cuidadoso, para que possamos minimizar esses problemas.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 40**

Deputado João Leite, na condição de representante da Secretaria, anotei todas os encaminhamentos, solicitações e críticas aqui tecidas em relação ao centro socioeducativo, que foi citado pelo Juiz de Direito, à expansão da DOP-CAD, às carências de efetivos no Corpo de Bombeiros, que reconhecemos, e à questão da Defensoria Pública. Conversei com a Defensora, que me informou que há três Defensores efetivos em Contagem e apenas dois em cooperação, totalizando-se cinco.

As questões das drogas, como foi bem exposto, é um fator catalizador da violência. E todos nós sabemos disso. O governo federal lançou um planejamento estratégico para o enfrentamento às drogas, mais especificamente ao "crack". O governo de Minas mostrou o seu esforço com um plano estadual de prevenção às drogas, que está em curso, com a participação de outras Secretarias, como a de Saúde e a de Educação. Em breve, teremos um plano estadual de enfrentamento às drogas.

A questão da denúncia de tortura na unidade de São Sebastião será também encaminhada ao Subsecretário de Administração Prisional, Dr. Genilson Zeferino, que tem feito todo um esforço para capacitar os agentes prisionais, para que não tenhamos denúncias nesse sentido, mas essa é ainda uma realidade de Minas Gerais e de outras unidades da federação.

Em nome da Secretaria e da Superintendência de Integração, gostaria de parabenizar o trabalho desenvolvido pela Polícia Militar e pela Polícia Civil, com os bons índices apresentados de redução de

Código do documento: 800695

criminalidade violenta e não violenta e do número de homicídios. Deixo as nossas congratulações à Dra. Vânia e ao Comandante Alvear, pelo bom trabalho. Gostaria de dizer da importância da metodologia GS nesse processo, que tem fomentado a integração de ações e de informações entre as instituições de segurança pública e também entre as instituições do sistema de defesa social e de justiça criminal.

Aproveitarei a fala do Deputado Durval Ângelo, quando expôs que seria necessário mais vontade política, e acrescentarei um outro fator, para que possamos ter uma segurança pública mais efetiva e cidadã, que é a questão do recurso. Sem recursos, sem uma discussão mais profunda, sem a questão do financiamento da segurança pública e sem a responsabilidade de todos os entes federados, Municípios, Estados e União, nesse processo, ficaremos apenas apagando incêndios e não teremos um planejamento a longo prazo e uma visão holística da segurança pública.

Poderia citar várias ações da competência do governo federal e do governo municipal, mas não é esse o nosso objetivo agora. Pretendemos proporcionar e criar um ambiente de parceria entre os governos municipais, estaduais e federal nesse processo de construção de uma política de segurança mais cidadã.

Por fim, gostaria de dizer que todas as solicitações e encaminhamentos serão levados ao conhecimento do Secretário, que estará presente no Fórum Técnico Segurança Pública, coordenado pela Comissão de Segurança Pública, a ser realizado nos dias 11, 12 e 13 de agosto. Certamente, o Dr. Moacyr Lobato poderá levar alguns

encaminhamentos e soluções para os diversos problemas aqui apresentados.

Estou à disposição dos presentes e da Mesa para outros questionamentos e para contribuir com essa interlocução entre o trabalho do Fórum Técnico Segurança Pública e o governo do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Rodrigo. Dei uma olhada nas solicitações e propostas do requerimento do Deputado Durval Ângelo e pareceu-me que há vários itens relativos ao governo do Estado. A Apac é mais um questão do Judiciário e foi a primeira solicitação que fez. Creio que a Assembleia Legislativa, como um todo, tem um entendimento em relação ao esforço do governo de Minas no que diz respeito à questão do oferecimento de vagas. Houve um aumento de 300% na oferta de vagas no sistema penitenciário. Nossas polícias estão prendendo muito, não é?

Depois ele fala sobre o recurso para o novo fórum e pede a ampliação do segundo tempo em Contagem e mais parcerias. Ele fala também sobre as comunidades terapêuticas e um encontro aqui e pede a ampliação do Fica Vivo na região do Estrela Dalva. Expôs também a questão do efetivo. Parece-me que está bem dividido, pois entendemos assim também: uma estrutura de segurança depende de todos os entes.

O Promotor, o Juiz e a Defensora falaram sobre o crime grave. A questão do tráfico de drogas é um crime federal e não estadual. Não temos, em Minas Gerais, nenhuma vaga para crimes federais. A Comissão entende assim. É uma pena que a Justiça Federal

não esteja presente hoje, pois tem acompanhado sempre as audiências da Comissão. É uma pena também não estar presente a Polícia Rodoviária Federal, que é fundamental nessa discussão. Em Belo Horizonte e Contagem, ou seja, na região metropolitana, não temos fabricação de drogas, que devem vir de algum lugar. Não temos também fábrica de armas. Essa quantidade de armas que está sendo apreendida vem pelas estradas. Essa questão é muito importante para a segurança pública. Já que o povo do fórum está apertado, o Promotor e a Defensora, gostaria de aproveitar para ouvi-los. Na última audiência em Vespasiano, tomamos conhecimento de um problema sério: as polícias prendem, há um encaminhamento, mas, como há 1.800 processos não julgados, é feita a liberação dos presos por decurso de prazo. O Promotor de Vespasiano citou o caso de um preso que cometeu 15 homicídios e que deveria ser solto nessa semana. O Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho interveio, e deverá ser feito um mutirão nessa cidade para resolver essa situação. Gostaria que os dois, o Promotor e a Defensora nos fornecesse algumas informações. Essa matéria não é da área do Juiz. Faremos um requerimento, solicitando informações ao Diretor do Fórum. Isso não faz parte da área da infância e da juventude, mas gostaria de pedir ao Promotor e à Defensora uma posição em relação a Contagem.

O Promotor Fernando Augusto Cipolini Lelo - Em Contagem, há quatro varas criminais, todas com um número bastante alto de processos, mas, nas varas em que atuo, que são a 1ª e a 4ª, não há esse problema que há em Vespasiano. É claro que um processo de réu

Código do documento: 800695

preso caminha na frente de um de réu solto, mas não enfrentamos esse problema. A título de sugestão, seria interessante para Contagem a criação de uma vara de tóxicos, devido à quantidade de processos e inquéritos relacionados ao tráfico de entorpecentes. Essa vara desafogaria mais as outras três. Dessas quatro, uma poderia ser para tóxicos, e as outras três para os outros crimes.

O Sr. Presidente - Qual é a porcentagem referente ao tráfico na sua vara?

O Promotor Fernando Augusto Cipolini Lelo - Por semana, na 4ª Vara, são realizados de 50% a 60%, acredito, de tráfico, e o restante é de crimes patrimoniais, roubos e furtos e, eventualmente, um crime de legislação especial, como porte de armas. A complexidade do crime de tráfico ensejaria a especialização do próprio Magistrado e do Promotor, para um maior conhecimento.

O Sr. Presidente - Esses crimes patrimoniais podem também estar ligados ao tráfico?

O Promotor Fernando Augusto Cipolini Lelo - Geralmente eles estão ligados ao tráfico.

A pessoa rouba, furta justamente para ter acesso à droga. Não em 100% dos casos, mas, na grande maioria, percebemos furtos e pequenos roubos geralmente feitos por usuários. É a minha visão do problema. Acho que Contagem, por ser comarca do Estado, está passando da hora de ter uma vara de tóxicos.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado, Dr. Fernando Cipolini, pela contribuição. Peço à Dra. Cláudia Costa
Código do documento: 800695

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 45**

de Almeida, Defensora Pública, que nos ajude. Está conosco a Gláucia Helena, Coordenadora de Políticas Públicas para Mulheres. Agradeço-lhes a presença. Com a palavra, a Dra. Cláudia Costa de Almeida.

A Defensora Pública Cláudia Costa de Almeida - Explico aos presentes que recebi a mesma carta que o Deputado Durval Ângelo recebeu do pai do Alexandre, que foi lida aqui. A Defensoria Pública está enfrentando problema sério em Minas Gerais, especialmente em Contagem. Contamos com número de Defensores muito aquém do que deveríamos ter. Existe cálculo de que Minas necessita de 1.200 Defensores, e o número efetivo hoje está na casa dos 400. Várias comarcas estão sem Defensores. O interior é muito carente de Defensores. Não os temos na proporção certa. Em Contagem, temos hoje três Defensores efetivos e mais duas cooperadoras. É questão circunstancial. Existe concurso suspenso na fase oral. Foi feita ação, tutela do Ministério Público no setor do patrimônio público, que é responsável por fiscalizar a lei, para verificar se está adequado o procedimento. Esse concurso nos trará mais 150 novos Defensores. Contagem será agraciada, tão logo saia o resultado do concurso, com novos Defensores. As varas de família, da infância, de fazenda, as varas cíveis, o Tribunal do Júri, a 2ª e a 3ª Varas Criminais estão vazias, desprovidas de Defensores Públicos. Isso é triste e lamentável. Para o que acontece aqui, usamos metáfora, dizendo que o cobertor está pequeno demais para o tamanho do corpo. Se o puxamos para cima, para tampar o corpo, o pé fica de fora. Se o puxamos para baixo, o pescoço fica do lado de fora. Foram removidos

alguns Defensores, porque havia carência em outros locais. É situação complicada. A evasão da carreira do Defensor é gritante. A valorização da carreira tem melhorado. O governo, de certa forma, com a ajuda parlamentar, tem valorizado a carreira. Foi lançada frente parlamentar pela valorização da Defensoria Pública. O governo tem-se sensibilizado, mas ainda é sensibilização, por assim dizer, insuficiente. A evasão da carreira ainda é muito grande. Infelizmente não estamos conseguindo manter os Defensores na carreira. Os três Defensores de Contagem não têm condição de resolver o problema de todas as varas, de toda a população. Mais uma vez, quem sai perdendo com isso é a população.

Deixo aqui apelo às autoridades presentes para que façamos mesmo pressão no governo de Minas pela valorização da Defensoria, para conseguirmos prover não somente Contagem mas todas as comarcas que necessitam da Defensoria Pública. Imagino que, assim, conseguiremos melhorar a questão da criminalidade. Com o fortalecimento da Defensoria Pública, com a adoção de políticas públicas, com mão de obra qualificada, com empregos, conseguiremos diminuir a criminalidade. O pai de família está no morro, vendo sua família passar fome. Se houver mais empregos, ele não terá de optar pelo tráfico de drogas como meio de subsistência. Queria somente dar este respaldo à população, para que entendam que há várias áreas em Contagem que não têm Defensores. Isso está sendo tratado. Tão logo seja aprovado o concurso, grande gama de Defensores será mandada para

cá. Por ora, por insuficiência de pessoal, não temos como ajudar a todos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Dra. Cláudia. Dr. Anthero, eu e a Deputada Maria Tereza Lara gostaríamos de lhe fazer algumas perguntas. A primeira é em relação à política federal, estadual e municipal adotada para o usuário, para o dependente. Como está organizada essa política, o atendimento ao usuário? Antes de o senhor responder, a Deputada Maria Tereza Lara fará também algumas perguntas. Indago se há alguma pergunta dirigida ao Dr. Anthero, já que ele tem compromisso na Secretaria de Saúde, em Belo Horizonte. Quem tiver alguma pergunta para lhe fazer venha a este microfone. Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Dr. Anthero, não quero lhe fazer perguntas, mas havia falado ao Deputado João Leite sobre sua pessoa. Recentemente o senhor esteve em Betim, conosco, em parceria do Município com o Estado. Quero falar da sua pessoa pública, do seu profissionalismo, antes de sabermos que o governo federal está designando recursos para o tratamento, sobretudo, do "crack". Brinquei com ele que sua fala foi anterior. Quero deixar, de público, nossos cumprimentos pelo excelente trabalho que vem fazendo e pelo seu compromisso. Certamente o senhor contribui muito para as políticas públicas de saúde que se referem ao "crack". O senhor terá todo o apoio em sua reivindicação de implementar conselho contra drogas em Belo Horizonte. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Alda Salvador, do Consep de Venda Nova, Belo Horizonte.

A Sra. Alda Salvador - Boa tarde a todos. Dr. Anthero, quero lhe fazer pergunta breve. É óbvia a expansão da droga, especificamente o "crack". Tenho observado tudo isto em meus trabalhos e em visitas a plantões de delegacias. Gostaria de saber se o senhor consegue me responder o porquê do número de mulheres envolvidas no tráfico. Elas estão sendo usadas não só como aviõezinhos; hoje assumem o tráfico. Isso acontece na faixa etária dos 40 anos. Estou alarmada com o número de mulheres que estão nesta vida ilícita e miserável.

O Sr. Anthero Drummond Júnior - Agradeço pelas perguntas e ainda pelas palavras carinhosas da Deputada Maria Tereza Lara. Realmente temos este compromisso e esta vontade de mudar algo dentro desta área da droga em Minas Gerais e, quem sabe, servir de modelo para o país como um todo. Agradeço-lhe as palavras carinhosas. O que temos, Deputado João Leite, na área de tratamento, é o que o Ministério da Saúde prevê como tratamento na área de drogas, o que é provido por meio do Caps AD, Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Foi isso o que o Ministério previu. É lógico que existe ainda possibilidade de acolhimento do usuário ou do dependente, quando está em abstinência ou em "overdose", nos serviços de urgência, que são poucos. Há carência muito grande nessa área.

O Sr. Presidente - O senhor sabe quantos Caps temos em Minas Gerais? O senhor tem esse número?

O Sr. Anthero Drummond Júnior - Em Minas Gerais, acho que temos 24. Posso lhe passar esse número posteriormente, pois temos alguns em implantação.

O Sr. Presidente - Em Contagem, há esse Caps?

O Sr. Anthero Drummond Júnior - Em Contagem, há um Caps AD. Alguém está me informando que não há. Só sei que foi votado e aprovado. Vi o recurso, mas estão me dizendo que ainda não foi implementado. Temos carência muito grande no Estado. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com 5.200 mil pessoas, temos carência muito grande para o dependente químico. Tenho defendido, Deputado, que todos os modelos de tratamento têm papel na rede de tratamento que propomos. Sobre a ideia de que só podemos atuar por meio da implantação de Caps, digo-lhes que são insuficientes e nem sempre aplicáveis a todo o tipo de tratamento. Estivemos recentemente naquele fórum latino-americano. O Prof. Ronaldo Laranjeiras esteve aqui e disse que o Ministério vem fazendo política criminosa ao não incluir outras formas, outros modelos de tratamento, principalmente para o usuário de "crack". Ele foi mal-entendido, porque, no dia seguinte, todos disseram que não havia criminosos nos Caps. Concordamos com isso, porque temos profissionais excelentes, altamente comprometidos dentro dos Caps AD.

O Sr. Presidente - O tratamento do Caps é tratamento-dia? É ambulatorial? Como é sua característica?

O Sr. Anthero Drummond Júnior - Temos, na grande maioria, o tratamento-dia. Podemos ter Caps III para fazer atendimento de 24
Código do documento: 800695

horas. Precisamos desses centros, principalmente junto às grande populações, como de Belo Horizonte, Contagem e Betim. Podemos trabalhar com o Caps III para tratamento de 24 horas. Precisamos discutir, nos planos municipais, a inclusão das comunidades terapêuticas e que papel elas têm. Elas podem fazer parte desta rede de tratamento. Como financiar essas entidades, para que cumpram bem seu papel? Temos quantidade enorme de denúncias, mas temos também quantidade enorme de resultados positivos dentro dessas entidades. Então é preciso separar o joio do trigo, capacitá-las, para que exerçam bom trabalho e façam parte de uma rede. Podemos incluir nessas redes as comunidades terapêuticas, os Caps AD, as residências abrigadas. São diversas formas de apresentar essas entidade, mas todas têm papel neste modelo de tratamento que queremos.

O Sr. Presidente - Faltou a idade de 40 anos na pergunta da Alda Salvador.

O Sr. Anthero Drummond Salvador - Ah, esqueci-me disso.

A Sra. Maria do Carmo Lara Dias - Trabalho com educação infantil. Como fomos conclamados a formar grupo para defender esta questão da droga, gostaria de falar que, antes de chegar aqui, Deputado, encontrei-me com duas mães desesperadas, porque tinham de ajudar o filho a colocar a cabeça no lugar. Foram-lhe cobrados R\$3.500,00, que ele não tinha e não tem. A mãe não vai liberar o dinheiro, porque não o tem. Então precisamos trabalhar em rede, de verdade, mas gostaria de falar o que o coronel falou: "Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham aqueles que a edificam". Porque
Código do documento: 800695

não temos outra alternativa. As mães estão se unindo, a população está se unindo. Bem falou a Dra. Vânia quando disse que Nova Contagem mudou. Porque as mães e a população se uniram. Sabemos quantas mães estão de joelhos, em oração, por toda esta situação de Contagem.

Deputado João Leite, acompanhamos a Assembleia por meio da TV e passo às mãos dos senhores que compõem a Mesa este trabalho de conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA -, a fim de também participarmos da educação popular. Sabemos que muito está sendo feito pela educação e que o representante da Prefeita está aqui. Nós, como rede conveniada, precisamos estar de mãos dadas, em trabalho de rede, como uma gota neste oceano, pois queremos estar juntos com Belo Horizonte, com vocês, para ajudar mães e pais de família no combate às drogas. Precisamos fazê-lo com urgência. Entrego a vocês, em palavras simples, o conhecimento sobre o ECA: "Passeando com o ECA em Contagem".

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Qual o seu sobrenome, Maria do Carmo?

A Sra. Maria do Carmo Lara Dias - Maria do Carmo Lara Dias.

O Sr. Presidente - As Laras tomam contam, não?

A Sra. Maria do Carmo Lara Dias - Temos de tomar, não? Moro aqui há 64 anos. Nós, população de Contagem, fazemos este trabalho de base e confiamos no senhor.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Lembramos das mulheres de Pelotas, que foram às ruas na luta contra o "crack". Abriram porta de atendimento para o usuário e buscaram mais recursos do Orçamento

Código do documento: 800695

de Pelotas para o tratamento do dependente de "crack". Com a palavra, Dr. Anthero.

O Sr. Anthero Drummond Júnior - Que coisa boa ver este trabalho chegar aqui. Volto a insistir que a ideia de responsabilidade compartilhada dentro da comunidade, o senso, a apropriação de responsabilidade que tenho dentro da minha comunidade é fundamental para mudarmos as coisas. Ela lembrou outra coisa importante, que é a família. Hoje li artigo sobre estudo realizado com usuários de drogas, principalmente de "crack". Um grupo era usuário, e o outro não era. A informação fez diferença, era importantíssima. Não bastava apenas a informação sozinha, isolada, porque isso não muda nada. De onde vem essa informação? Principalmente da família. Os que receberam informações de dentro da família conseguiram significativamente se manter fora das drogas, e os que não tinham informação familiar representavam percentual bem maior de usuários de drogas. Isso é realmente fundamental.

Sobre os 40 anos, tenho observado algumas coisas. É impressionante o número de familiares de usuários e dos próprios dependentes de "crack" que buscam a ajuda do conselho em Belo Horizonte. Nesta semana, fizemos compilação e constatamos que há muitos com mais de 30 anos. Interessante, não? Há grande população de adolescentes que usa o "crack", mas a população de adultos também é significativa. E as mulheres? Por que são utilizadas? Não tenho resposta, mas ousaria dizer que são menos visadas. Despistariam mais. Talvez a polícia confirme essa informação... (- É interrompido.)

O Sr. Presidente - E como usuária.

O Sr. Anthero Drummond Júnior - Não tanto como usuárias.

O Sr. Presidente - Como usuárias, nesta faixa etária.

O Sr. Anthero Drummond Júnior - Os dois, não? Quem faz o tráfico acaba usando drogas, pois a possibilidade é grande. Utilizam crianças ou mulheres, que assumem grande papel no tráfico porque são menos visadas como traficantes. Essa é uma suposição. Mais uma vez, agradeço e parabênizo. Ao ouvir tantas pessoas, acharemos caminhos, respostas para os problemas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Dr. Anthero. Amanhã, na audiência de Divinópolis, gostaríamos muito de que houvesse alguém da saúde. No dia 1º, na Assembleia Legislativa, contamos com sua presença na reunião da Risp de Belo Horizonte. No dia 10, será em Betim, conforme definiu a Deputada Maria Tereza Lara.

O Sr. Anthero Drummond Júnior - Por favor, depois me passe essa agenda. Amanhã, em Divinópolis, não conseguirei ir.

O Sr. Presidente - Quer falar? Precisamos de que fale ao microfone, para que se identifique.

A Sra. Licéia de Abreu - (- Chora.) Meu nome é Licéia de Abreu. Sou cidadã brasileira de Contagem, sou gente como todos vocês. Respeito o Sr. Deputado. Um dia entrei no seu gabinete. Apenas queria pedir que ajudem minha filha, para que a mandem para uma casa de recuperação. Não há mais tempo. Clamo porque meu socorro vem do Senhor, que fez o céu e a terra, mas clamo por João Leite, por amor ao meu próximo, por amor a minha filha. Amo minha filha. Amo você,
Código do documento: 800695

Sheila. Amo vocês também. Amo a Prefeita desta cidade, porque um dia ela deu uma chance para minha filha. Entretanto mandou dizer que ela aproveitasse a oportunidade, porque talvez fosse a última ou a única. Deus não desampara... (- É interrompida.)

O Sr. Presidente - Por favor, vamos te orientar. O Heleno está chegando... (- É interrompido.)

A Sra. Licéia de Abreu - Por favor, não posso levar minha filha para casa.

O Sr. Presidente - Ligaremos para o Secretário e conversaremos.

A Sra. Licéia de Abreu - Agradeço ao Deputado e aos demais presentes.

O Sr. Presidente - Registro a presença de Isalino Dias Passos, da Associação Comunitária de Bernardo Monteiro, terra do meu tio José Leite e da minha tia Meire. Isso mesmo. É preciso recuperar a Estação de Bernardo Monteiro. O tio José Leite trabalhou lá. Obrigado pela presença, Isalino. Agradeço ainda a presença dos Srs. Hermílio Rosa, Conselheiro Fiscal da Associação Comunitária e Comercial do Bairro Petrolândia; Adriano dos Santos Moraes, candidato a Conselheiro Tutelar; Augusto Alves Gomes, da Associação das Vilas de Contagem; e da Sra. Josaldina Mendes de Souza, Presidente do Conselho da Associação do Bairro Funcionários. Comandante, não vi a presença de representantes de Conseps. Esta organização existe aqui? Como estão as estradas estaduais? Há companhia independente, são muitos quilômetros, o senhor tem esta informação? Caso não tenha,

Código do documento: 800695

iremos solicitá-la por meio de requerimento. Algum trechos destas rodovias federais - 040, 381, 262 - que cortam a região estão delegadas à Polícia Rodoviária Estadual? Gostaria que falasse também sobre o toque de recolher do Estrela Dalva. O que houve para se chegar a esta situação e como tudo foi conduzido?

O Cel. Irani Alvear Saraiva - Contagem tem dois batalhões, o 39º e o 18º, cujos Comandantes estão presentes. O Maj. Carvalhaes comanda o 39º Batalhão e o Ten.-Cel. Hamilton comanda o 18º Batalhão. Temos vários Conseps em Contagem, mas ainda há lugares em que este precisa ser criado. É interessante lembrar que o Consep dever ser iniciativa da comunidade, e não da Polícia Militar. Entretanto todos que foram criados partiram de iniciativa do pessoal das Polícias Militar e Civil, que têm participado bastante. Há grande trabalho dos Comandantes de companhias com as associações comunitárias, que são bastante ativas.

Temos várias rodovias estaduais que são atendidas pela 7º Companhia de Polícia Rodoviária, que fica em Belo Horizonte e é responsável por toda a região metropolitana. Não temos tropa especializada em policiamento de trânsito em rodovias. Não temos rodovia federal delegada por convênio à Polícia Rodoviária Estadual na área da 2ª Região. Há anel rodoviário, mas não chega à área de Contagem.

Estrela Dalva foi bastante desgastante, bastante chato para todos nós, Município, Estado e polícia. Tudo começou com um duplo homicídio ocorrido no Bairro. Em avaliação técnica, observei que as

Código do documento: 800695

peças, o comércio, aquela comunidade estava bem-afastada do Estado, do Município e da Polícia Militar. A região cresceu muito rápido. Em 2003, quase não existia nada no Estrela Dalva. Este trabalho de aproximação, de proximidade da comunidade com a polícia e com o Município ficou aquém do que deveria ter ocorrido. Várias medidas foram tomadas para apagar o incêndio, com a presença das Polícias Militar e Civil, operações e prisão dos que deram início ao toque de recolher. Ontem mais uma pessoa que estava envolvida foi presa, ou seja, praticamente todos foram presos. Há dois que ainda estão foragidos, mas estamos atrás deles, pois têm mandado de prisão decretado. Ao conversar com a comunidade, constatamos que o toque de recolher saiu do controle até de quem o começou. Serei bem franco. Os traficantes não queriam a presença da polícia no local 24 horas por dia, em 10 dias, porque isso prejudica o comércio deles, o trabalho. Vimos que a situação fugiu do controle deles. Conversei com rapaz que estava lá dentro, que me disse o seguinte: "Comandante, vi meninos ligando para comerciantes e avisando para não abrirem. Adolescentes". Qual a nossa avaliação? Houve o toque de recolher. A comunidade do Estrela Dalva o aceitou de forma muito fácil. Porque não estava mobilizada, não estava do lado certo. Não que desejasse estar do lado errado, mas o traficante estava mais presente na região que o próprio Estado. Essa é a realidade. Hoje trabalhamos para reverter isso. Reunimo-nos com os comerciantes. Na praça, o Ten.-Cel. Hamilton disse a todos que poderiam abrir o comércio, porque estavam ali para

garantir a segurança. Disseram que abririam, mas não abriram. Constatamos certa passividade da comunidade.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Coronel, nos chegou que talvez tivesse havido antes um toque de recolher, violência policial lá. Aconteceu isso mesmo?

O Cel. Irani Avelar Saraiva - Surgiram várias denúncias, inclusive que quem teria matado os dois rapazes foram policiais militares. Isso é alvo de investigação. Claro que uma investigação não se faz em dois dias, três dias. Essa investigação é complicada, mas caminha para não ser. Não posso adiantar nada aqui porque a Polícia Civil está investigando, a própria Corregedoria da Polícia Militar abriu inquérito para apurar o fato. E vem a participação da comunidade ao denunciar, ao chegar na frente da televisão ou do rádio e denunciar: "Foi policial que matou". Houve denúncia também que foi policial civil que matou. Então, chegar e denunciar é uma coisa, mas ao apurarmos, ninguém fala nada. Lembro-me de que o Promotor falou que era preciso a comunidade participar para trazer informações para nós. Então, houve a denúncia: foi policial militar. O Comandante-Geral imediatamente abriu inquérito policial militar. Se foi militar em serviço - falaram que foi viatura, tipo "blazer" -, é crime militar. Então ele tem autoridade para isso e, imediatamente, abriu um inquérito policial militar. Está sendo apurado ainda. Confesso que hoje não sei em que pé está a investigação, mas, há algum tempo, quando conversei com o Cel. Romero, ela estava caminhando para não ser o autor um policial militar.

O Sr. Presidente - O senhor pode fazer uma relação desse toque com aquele possível no PTB? Tivemos um momento do PTB também delicado. O senhor está lembrado?

O Cel. Irani Avelar Saraiva - No ano passado?

O Sr. Presidente - No ano passado. A relação dos dois, como eles foram tratados?

O Cel. Irani Avelar Saraiva - A relação de um com outro não teve.

O Sr. Presidente - Sim, inclusive pela distância. Estou dizendo sobre o tratamento, qual foi a diferença. Lá também estava ligado ao tráfico de drogas?

O Cel. Irani Avelar Saraiva - Sim. A ação da polícia, assim que começa a denúncia ou o movimento do toque de recolher, foi a mesma: presença, investigação, prisão. Mas no PTB durou um dia, dois dias. Em Estrela Dalva, foram nove dias. É isso que estou falando para o senhor. Falamos com a comunidade: "Nós garantimos, pode abrir, vamos ficar aqui, estamos lá". E continuamos lá. Então houve - não vou falar convivência, porque a comunidade não é conivente com um crime, claro que não -, uma certa aceitação, uma certa passividade da comunidade. Se a comunidade se levantasse e abrisse, eles iriam matar todo mundo? Não iam. É claro que não.

O Sr. Presidente - Dra. Vânia, a senhora tem informação sobre as apurações de Estrela Dalva?

A Sra. Vânia Lúcia Godoi de Faria - Deputado, como falei no início, a Delegacia de Homicídios não está subordinada ao 2º
Código do documento: 800695

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 59**

Departamento. Mas, na verdade, temos informações, porque a Dra. Ana presidiu o inquérito. Imediatamente após o duplo homicídio, foi determinado também abertura de inquérito, que foi instaurado. O que tenho para falar aqui é menos do que conheço em virtude do sigilo que precisamos manter. Espero a compreensão do senhor. Da mesma forma que conclamos, no início do homicídio, a denúncia das pessoas através do 181, num primeiro momento o número de denúncias foi muito pequeno. Num segundo momento, um mês depois, as denúncias pelo 181 aumentaram muito. Entretanto, muitas denúncias feitas para a Polícia Civil estão dificultando a conclusão do inquérito, porque são falsas, mentirosas, desviam o foco da apuração. Temos de tudo dentro da sociedade. E, como responsabilidade, vamos filtrando as informações.

Sei que as investigações estão caminhando para um fim. Há pouco tempo, na Assembleia também, a Dra. Ana tinha me passado essa informação: "Doutora, pode dizer que nós estamos caminhando para um fim, um fim favorável e, com certeza, vamos conseguir apurar essa autoria". Como o Coronel falou, as notícias são muitas, Deputado. E infelizmente a sociedade tem medo, principalmente naquele local. Fizemos uma leitura de lá, e vimos que havia acontecido um fenômeno: como os familiares das pessoas que estão ali denunciariam os próprios filhos? Parece-me que ali é uma família grande, são filhos de moradores do local que estão envolvidos no tráfico. Então, se denunciarem, vão denunciar o próprio filho. Por isso, a polícia tem dificuldade. Mas está caminhando para o fim. Não é uma apuração fácil, é preciso testemunhas. Em que pese não ser a delegacia a mim

subordinada, temos um relacionamento, temos participação e ajudamos. Até sobre o ônibus em que foi colocado fogo, foi instaurado inquérito, é de nossa competência. Foi uma forma de represália, de se chamar a atenção. Mas a pessoa foi presa, o inquérito está quase em fase de conclusão, o que foi um passo para assegurar inclusive os trabalhos da Polícia Civil.

A Deputada Maria Tereza Lara - Quero, mais uma vez, cumprimentar o nosso Presidente. Já o fiz antes, Deputado João Leite. O Deputado Durval Ângelo também esteve presente. Quero lembrar aqui, Presidente, que o Deputado Carlin Moura pediu que justificasse sua ausência, ele realmente tinha um compromisso fora de Contagem e deixou um abraço. Aproveito a presença da Vereadora, do Presidente da Câmara - também fui Vereadora - para agradecê-los pela acolhida, na pessoa de quem cumprimento todos os Vereadores. Quero dizer ao Cel. Irani Avelar que tenho assessoria em Contagem e me pediram que, em público, o cumprimentasse pelo trabalho que desenvolve, pelo compromisso que tem, por ser um homem de fé que trabalha com a segurança pública. Por isso seu trabalho tem sido abençoado. Dra. Vânia, todas as mulheres reafirmaram aqui o valor do seu trabalho. Temos uma Prefeita, cumprimento o Luiz Cláudio e mando a ela um abraço. Ela foi nossa colega na Assembleia e acompanhamos de perto o trabalho comprometido que desenvolve com os excluídos, com a população. Mando nossos cumprimentos para ela. Cumprimento ainda, a sociedade civil, o Conselho de Mulheres, na pessoa da Cristina, pessoa tão dinâmica que tem percorrido várias audiências públicas e

Código do documento: 800695

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 61**

ajudado na organização do fórum técnico - mulheres como você nos orgulha -; cumprimento também a Gláucia Helena, Coordenadora de Políticas Públicas da Prefeitura de Contagem, que está também conosco. Na pessoa da Dra. Vânia, da Cristina e da Gláucia, cumprimento as mulheres desta cidade. Cumprimento o Pe. Ferreira que esteve conosco, o Pastor Jeferson, na pessoa de quem cumprimento todos os Pastores presentes. A Maria do Carmo Dias Lara, que é minha prima, mandou, Presidente, para a Comissão, um livro de sua autoria. Ela é coordenadora de creche e militante há longa data, como já falou, e tem esse compromisso de ajudar na construção de uma sociedade justa, priorizando as crianças e os adolescentes. Agradeço ao Luiz Cláudio e ao Chicão por ajudarem na mobilização; foi importante a atuação de vocês aqui. Quero cumprimentar também o Dr. Antero e todos os ilustres representantes da Defensoria Pública, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, do Ministério Público, do Poder Judiciário. Agradeço também à assessoria da nossa Comissão que trabalha incansavelmente, a Daniela e o Lincoln. O Lincoln, outro dia, nos perguntou se teria um dia para os homens. Todos os dias são dos homens, mas queremos que sejam das mulheres também, Lincoln. Agradeço ainda aos outros profissionais da Assembleia, à TV Assembleia. Brincando, disse para o Deputado João Leite que ele pensa que todos somos jogadores de futebol, porque ele faz a nossa Comissão trabalhar de segunda a segunda, de manhã, de tarde e de noite. Mas sabemos do compromisso que ele tem e do trabalho feito pela Comissão.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 62**

Não teria sentido algum estarmos aqui hoje e não estar representada a sociedade civil organizada, além dos profissionais da segurança pública. Teríamos perdido o nosso trabalho. Por isso queremos agradecer a presença de todos os expositores e, de maneira carinhosa, a sociedade civil aqui representada. O Consep de Contagem não veio, mas está aqui um representante de Venda Nova. Como estamos numa região metropolitana, ele representa os Conseps.

Quero dizer que temos esperança. Se nós não tivéssemos, não estaríamos aqui e em outros locais. Amanhã iremos em Divinópolis. Coronel, não vou falar de Betim, porque vamos lá. Mas queria lembrar que temos um problema sério lá: parece que lá há uma quadrilha de roubo de carro. Certamente o senhor já está sabendo disso. Temos, Sr. Presidente, um problema sério em Betim de roubos ininterruptos de carro. Quando estivermos lá, gostaríamos de ter notícias sobre o que pode ser publicado. Certamente a ação da polícia, muitas vezes, é sigilosa, para que alcance seus objetivos. Teremos uma avaliação específica de Betim, embora ela pertença a essa região. Mas queremos fazer um debate lá, e não vamos pontuar seus problemas aqui.

Já foram, pelo Deputado Durval Ângelo, listadas várias propostas de requerimento. Queríamos reforçar aqui o papel da sociedade civil e dizer que podemos unir esforços para mudar esse quadro. Vimos, por meio da imprensa, Luiz Cláudio, que, de fato, nessa região, está com uma curva descendente da violência. Fico feliz de ver que Contagem e Betim estão com uma curva descendente,

Presidente. Mas a nossa Prefeita tem falado que ainda é alto o índice, mas estamos no caminho certo, com uma curva descendente.

Estive em Brasília, em 2009, na Conferência Nacional de Segurança Pública. O Rodrigo falou aqui sobre ela. A representante da Secretaria de Defesa Social ajudou na mobilização da conferência em Minas, estivemos em vários Municípios do Estado. E, em nível nacional, aconteceu a primeira conferência nacional da história do Brasil. Lá foi pontuado que segurança pública é política de Estado. Governos passam, mas o Estado permanece. É fundamental a integração entre as três esferas de Poder, no que compete a cada um, e a sociedade civil. Temos visto no Estado que, de fato, as polícias têm participado, avançado para a polícia comunitária e tido esse tom não só de repressão, mas também de prevenção em parceria com a Polícia Civil, com outras esferas. É muito importante avançarmos cada vez mais na integração e convocar - temos esse papel, o Presidente tem dito isso sempre - a sociedade civil a participar. Já foi dito aqui: se não houver a participação da sociedade civil, realmente vamos perder muito no trabalho dos profissionais de segurança pública. Estes são essenciais, mas podem fazer muito mais quando há uma participação efetiva da sociedade civil. E certamente a participação do Ministério Público, dos Juízes também é fundamental, porque fazem parte de todo esse trabalho de integração.

Gostaria de dizer ainda que retirar da sociedade as armas de fogo é um caminho que não podemos perder de vista. E a Apac, que sempre defendemos, também. Queremos reforçar o compromisso desta

Código do documento: 800695

Comissão. Além da sugestão dos requerimentos, estamos também nos comprometendo, cada vez mais, com esse trabalho que é feito.

Já mencionamos o papel do Município nas políticas públicas de prevenção. Esse compromisso existe em Contagem. Em relação ao Estado e às polícias, sabemos do grande avanço que tivemos e sabemos ainda das dificuldades e limitações que precisam ser superadas. Mas sabemos também da necessidade dos centros de internação, Deputado. E ainda da necessidade da participação efetiva das Polícias Federal e da Rodoviária Federal. Eles têm sempre participado, mas queremos a presença deles em todas as audiências. Estamos convocando as três esferas de Poder e a sociedade civil. No que compete a cada um, não podemos abrir mão.

Elogiamos o governo federal. É realmente fundamental o lançamento do projeto contra o "crack". Sabemos que o Pronaf acontece em poucas cidades, mas ele é importante. Ele está presente em Contagem e em Betim.

Sabemos também que é preciso ampliar o efetivo da Polícia Rodoviária Federal, como é preciso ampliar o efetivo da Polícia Civil, principalmente - mais do que o da Polícia Militar. Aqui, estamos pontuando, no âmbito institucional, o que cabe a cada um, quais as dificuldades que enfrentam e em quê é preciso avançar.

Aproveitando que se falou aqui no centro de internação, Luiz Cláudio, lembro que desde o início do ano passado acompanhamos em Betim a questão do Dopcad, que vamos discutir na audiência. Realmente, precisamos integrar Betim e Contagem e decidir se vamos

fazer um ou dois centros de internação. Nessa interlocução com o governo do Estado, Betim provavelmente vai reivindicar que façamos lá um centro de internação e que, junto com a nossa Dopcad, busquemos a melhor forma de resolver a questão - se Contagem vai ter o seu centro de internação e nós, outro. Fato é que estamos precisando disso, porque lá não temos a Dopcad e nossos adolescentes ainda estão em uma Delegacia de Polícia Civil. Esse é o grande problema que estamos enfrentando. Desde o início do ano passado, temos visto uma parceria entre os governos estadual e municipal, com preocupação permanente, para resolver esses problemas. É, então, uma integração das esferas de poder, com a participação também do governo federal, por meio do Pronaf. Achamos muito importante que essa inter-relação entre Betim, Contagem e Belo Horizonte seja cada vez maior, por estarmos na Região Metropolitana.

Agradeço mais uma vez a participação de todos nesta audiência, dizendo que temos de somar esforços, mesmo, porque, enquanto houver uma vida ceifada, teremos de estar de braços descruzados e trabalhando dia e noite. O maior bem que temos é a vida e não podemos permitir que uma vida se perca. Então, temos de somar forças em defesa da vida e, a partir da vida, de todos os direitos de cada ser humano e da sociedade, para que nossa sociedade, aliás, nossas cidades, onde os fatos acontecem, sejam locais onde reine verdadeiramente uma cultura da paz. Muito obrigada. Que Deus nos abençoe para isso.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 66**

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado. Queremos a participação de todos os que aqui vieram. Os que desejarem participar façam como essa jovem: venham ao microfone, falem o nome completo, digam se representam alguma entidade e façam sua pergunta. Peço apenas que sejam breves, para que possamos ouvir a todos os que queiram falar.

A Sra. Andréa Rodrigues Faria Gonzaga - Boa tarde a todos. Para mim, é difícil estar aqui, porque não tenho costume de fazer isso, mas não quero sair daqui tendo no coração duas perguntas que gostaria de fazer. Meu nome é Andréa Rodrigues Faria Gonzaga; sou moradora da região do Água Branca; participei neste Município do Conselho do Orçamento participativo por dois mandatos. Gostaria de fazer duas perguntas, embora não saiba a quem dirigi-las.

Sou mãe de família, tenho três filhos adolescentes e venho passando por vários episódios. Alguém da Mesa disse que o índice de criminalidade tem caído. Fico feliz, apesar de não ser o que sentimos nas ruas, na vivência de nossos filhos, comunidade e região. Neste primeiro semestre, qual foi esse índice? Ele diminuiu? Essa é uma das perguntas.

A outra é a seguinte: como podemos discutir criação e ampliação de um sistema prisional, se nossos filhos estão fora da escola, fora do ensino médio. Meu filho está fora da escola desde fevereiro. Gostaria de deixar essas perguntas, porque sou uma mãe de família e estou aqui como representante desse setor, até porque, por

um ou outro motivo, muitas não têm a oportunidade de vir aqui. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Não há qualquer escola de ensino médio perto da sua casa? Aliás, ele está no ensino médio?

A Sra. Andréa Rodrigues Faria Gonzaga - Está no ensino médio estadual.

O Sr. Presidente - Qual é a idade dele?

A Sra. Andréa Rodrigues Faria Gonzaga - Ele tem 16 anos e já tirou o título de eleitor.

O Sr. Presidente - Não há qualquer escola próxima a vocês?

A Sra. Andréa Rodrigues Faria Gonzaga - Há, sim.

O Sr. Presidente - E não há vaga na escola?

A Sra. Andréa Rodrigues Faria Gonzaga - Ele está matriculado, mas desde fevereiro não está tendo aula.

O Sr. Presidente - Mas a greve não começou em fevereiro...

A Sra. Andréa Rodrigues Faria Gonzaga - Mas todos os dias os professores têm uma desculpa para que não haja aula. As mães não têm oportunidade de discutir...

O Sr. Presidente - Como é o nome da escola?

A Sra. Andréa Rodrigues Faria Gonzaga - Escola Estadual Catarina Jorge Gonçalves. Como ficam as mães que não têm condições de vir aqui fazer essa reclamação?

O Sr. Presidente - Não tem aula desde fevereiro?

A Sra. Andréa Rodrigues Faria Gonzaga - Não. Obrigada.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 68**

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Depois de ouvirmos todos os que querem falar, as perguntas serão respondidas.

A Sra. Gláucia Helena de Souza - Boa tarde. Cumprimento a todos e a todas na pessoa do Deputado João Leite, Presidente desta Comissão. Meu nome é Gláucia Helena de Souza e sou a Coordenadora Especial de Política para Mulheres da Prefeitura de Contagem.

Em primeiro lugar, gostaria de dar uma boa notícia, porque acho que toda ação e esforço coletivo que são bem sucedidos precisam ser divulgados em uma audiência pública. Nesta mesma Casa realizamos, no dia 9 de março, uma audiência pública para discutir a violência contra as mulheres, da qual já colhemos frutos muito positivos, que quero dividir com vocês. Acho que nossa ação fundamental é a de integrar todas as forças possíveis no combate à violência - a toda a violência de que aqui se falou e também à violência específica contra a mulher, que acompanhamos na cidade. A Dra. Vânia, que está aqui, também nos deu muita força, favorecendo a nossa relação com a Delegacia. Uma das coisas que temos a comemorar é que, depois daquela audiência, várias medidas protetivas foram concedidas pelo Judiciário nesta cidade. Também a nossa relação com a Delegacia de Mulheres, desde a investida da Dra. Vânia, que, quando chegou, teve conosco uma boa conversa, tem melhorado a cada dia, não só em relação aos encaminhamentos, mas também ao entendimento e à aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Acho que isso é algo para se comemorar e que deve ser divulgado, principalmente em um momento como este em que se reúne a

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 69**

sociedade organizada, que precisa ter notícia do que de bom colhemos das ações que realizamos, como esta audiência pública.

Quero concordar e fazer coro como o que foi dito aqui pela Deputada Maria Tereza Lara e - parece-me - pelo Deputado Durval Ângelo. Na cidade de Contagem, temos uma dificuldade, uma deficiência de casas de acolhimento para mulheres adolescentes que se encontram em situação de uso indevido de álcool e droga. E essa é uma função do Estado. Precisamos resolver essa questão. Hoje, uma ONG presta esse serviço, e não o Estado. Por exemplo, para acolher os adolescentes que fazem uso indevido de álcool e droga, temos a ONG Projeto de Vida, que vocês devem conhecer e que funciona no Bairro Amazonas. Há uma Casa do Adolescente, que acolhe jovens do sexo masculino. As mulheres não têm espaço, não são acolhidas ali. Essa, aliás, é uma das grandes questões que o próprio projeto enfrenta. Quando chega uma adolescente lá, não há como acolhê-la, até porque é preciso distinguirem-se, do ponto de vista da internação e do acolhimento, homens e mulheres, visto que não podem ser acolhidos no mesmo espaço. Há até disputas, dificuldades de relacionamento, o que pode gerar outros problemas. Isso é uma defasagem.

Estamos aqui para reforçar a solicitação, pois também acompanhamos essa demanda. Toda política para a mulher e toda defesa de direito da mulher - seja no tocante à agressão doméstica, seja no que se refere a qualquer outro tipo de agressão ou violência contra a mulher - constituem prioridades para nós. E essa é uma delas. Estamos acompanhando e buscando soluções coletivas. Nesse aspecto, parabênizo

a Assembleia Legislativa por trazer uma audiência para esta localidade. Isso é fantástico porque dá oportunidade aos cidadãos destas cidades de discutirem seus problemas com os seus representantes, fazendo, ainda, com que o Legislativo cumpra o seu papel, qual seja, elaborar leis, ouvir a comunidade e, a partir das reivindicações, realizar ações propositivas tendo em vista a melhoria da relação das cidades com os governos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado, Gláucia. Com a palavra, o Sr. Hermílio.

O Sr. Hermílio Rosa Fragoso - Boa tarde. Faço parte da Associação Comunitária e Comercial do Bairro Petrolândia. Atingimos 30 bairros da região e temos utilidade pública municipal, estadual e federal. Fui eleito delegado na 4ª Conferência Estadual das Cidades. Fiz algumas viagens dentro e fora do Estado. Cheguei à conclusão de que há um fracasso muito grande na relação entre os governos federal, estadual e municipal. Na nossa região, todas as obras do Orçamento Participativo, votadas e aprovadas pela comunidade, não foram realizadas. As que começaram não foram concluídas. Isso ocorre primeiramente porque a cidade não recebe imposto de moradia. Necessitamos muito de investimento social, pois temos só o incentivo do governo federal. Nossos representantes federais são os Deputados Federais Eduardo Barbosa, de Pará de Minas, e Lincoln Portela. São esses dois Deputados que trazem verbas para nossa região.

O Deputado disse que a Igreja Batista fez muitos investimentos em Nova Contagem. Isso foi possível porque ela consegue

dinheiro em Brasília e também porque o Lincoln Portela é um dos representantes dessa comunidade aqui, em Minas Gerais. É necessário que os representantes do nosso do Estado cobrem do Governador e também do governo federal a destinação de verbas para a nossa cidade, pois a Prefeitura não está tendo condições. Para se comprovar isso, basta verificarmos a situação atual da Prefeitura. Quando há policlínica, não há médicos. Consultei-me com um médico, e ele me disse que atende 17 mil pessoas por mês. Não podemos, então, ficar nessa situação. Representamos a quarta arrecadação de Minas. V. Exa., Deputado João Leite, que é da área de direitos humanos, poderá correr atrás dessas questões. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Hermílio Rosa Fragoso, por sua participação. Sou Presidente da Comissão de Segurança Pública, e é um prazer ouvi-lo. É importante dizer que o investimento em Nova Contagem não foi feito com recursos públicos, mas pelas Igrejas Batistas de Minas Gerais. O nosso Pastor Antônio é um dos nossos representantes. A Junta Batista cuida do Sistema Batista de Educação, das faculdades e dos colégios. Não foram, portanto, recursos públicos. Com a palavra, o Pastor Antônio.

O Sr. Antônio Soares - Cumprimento todas as autoridades e demais presentes nesta audiência pública. Há uma igreja no Bairro Darcy Vargas, Água Branca, ao lado da Vila Paris. Enfrentamos carências, necessidades, e temos procurado dar assistência, principalmente a pessoas drogadas e alcoolizadas. Como Pastor e pessoa que visa ao bem da sociedade, uma questão que tem me

preocupado é que está sendo aberto espaço para determinadas discussões complicadas. Vê-se até passeata a favor da legalização de drogas. Para isso acontecer, é necessário haver a autorização de determinados órgãos públicos. Se as autoridades municipais, as Polícias Militar e Civil autorizam esse tipo de manifestação, como a sociedade vai lutar contra esse tipo de legalização pretendida por alguns?

Falou-se aqui sobre educação e saúde. O nosso Comandante citou um texto bíblico. Quero, também, citar outro, que se encontra em Provérbios 22:6: "Ensina a criança no caminho em que deve andar, e, ainda quando for velho, não se desviará dele."

É fundamental o investimento na saúde e na educação para que não aconteça o que ocorreu aqui hoje, quando uma senhora veio, na última hora, pedir recursos para sua filha. Somos Pastores e temos lutado em relação a isso. O amado Deputado falou sobre Nova Contagem, suas igrejas e muitas outras. Então, é importante que as autoridades competentes invistam em saúde e educação para que os nossos filhos - meus filhos já estão todos casados, graças a Deus, mas tenho netos - não precisem enfrentar dificuldades, não precisem procurar uma casa de recuperação. Se houver investimento em educação e saúde e um comprometimento dessas áreas, certamente nossos netos não precisarão desse tipo de assistência. Ficam aqui essas duas ponderações. Primeiro, a questão da legalização de entorpecentes, com essas manifestações que, a meu ver, são nocivas à sociedade e a nós, que somos pais. Obrigado pela atenção e que Deus abençoe a todos.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Obrigado. O Pastor Antônio suscita uma questão. A Constituição é clara, a manifestação é livre. Sei que alguns magistrados e membros da Polícia Judiciária têm entendido essas manifestações como uma apologia ao crime, e, muitas vezes, pessoas têm sido até indiciadas. É uma preocupação. Lutamos contra as drogas e permitimos a manifestação pela liberação das drogas? É contraditório. Essa é uma lembrança importante, mas também é importante dizer que a manifestação é livre. Porém, se for cometido crime, a iniciativa é da Polícia Judiciária, representada aqui pela Dra. Vânia. Pois não.

O Vereador Ravilson de Almeida Lopes Filho - Meu nome é Ravilson de Almeida Lopes Filho.

O Sr. Presidente - Vereador Ravilson.

O Vereador Ravilson de Almeida Lopes Filho - Estou aqui hoje representando, como sempre, as comunidades mais carentes e os aglomerados, onde há um trabalho mais visualizado. Nas pessoas do Deputado João Leite e da Deputada Maria Tereza Lara, cumprimento toda a Mesa, muito bem representada. Cumprimento também todo o nosso pessoal aqui presente, representando muito bem o povo de Contagem.

Estou como Presidente do Partido Progressista e participo do Conselho de Segurança, mais para absorver as dificuldades lá de dentro, como parlamentar, ouvindo bem as necessidades e trazendo-as a esta Casa. A pergunta que tenho a fazer não é uma indagação do Conselho, ela surge de questões que acolho na comunidade. Acredito que, em Contagem, há três situações problemáticas para a segurança

Código do documento: 800695

pública. A primeira pergunta é: gostaria de saber se, no âmbito estadual, já está detectado que o crime na área de segurança pública por uso de drogas e entorpecentes está caminhando para a diminuição da idade do usuário. Hoje as crianças com menos de seis anos já estão trabalhando e vivendo fora das escolas, em função da situação nas vilas e favelas.

A segunda pergunta é: por que o Ministério Público não tem a mesma valorização dos Ministérios Públicos de outros Estados? Não temos aqui o efetivo necessário, como já foi detectado e comentado, e já está havendo um concurso para a Defensoria Pública e para o Ministério. Falo sobre a questão da Defensoria Pública dentro de Contagem. Podemos verificar que o pessoal não tem a mesma valorização, não conta com equiparação salarial, como em outros Estados, e isso desestimula as pessoas que querem participar de concurso público para trabalhar aqui.

Por último - há outras situações, mas já foram todas abordadas -, cita-se a questão da escola estadual de Contagem. Eu não deveria citar isso agora, porque o PP tem um carinho muito grande pelo governo, acha que estamos no caminho certo com o Anastasia e que o ex-Governador Aécio Neves fez um trabalho muito bom aqui. Todavia, queria que a questão do 2º grau em Contagem fosse olhada com carinho, com outros olhos. Faltam escolas em Contagem. Não podemos trabalhar só à noite, usando as escolas municipais; é preciso que 2º grau seja ministrado em escolas próprias, o dia todo. Reforço o requerimento do Deputado Durval Ângelo e gostaria que o João Leite, Deputado tão

querido na nossa cidade, nos ajudasse a conseguir mais escolas ou mais verbas direcionadas para essa finalidade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Ravilson. O próximo, por favor.

O Sr. Adriano dos Santos Moraes - Boa tarde, senhores. Lerei um pequeno texto, mas antes me apresentarei. Meu nome é Adriano e sou candidato a uma vaga de conselheiro tutelar.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Seu nome todo é Adriano...

O Sr. Adriano dos Santos Moraes - Adriano dos Santos Moraes; não fiz inscrição. (- Lê:) "As creches são a segunda casa das crianças. A delinquência começa em casa porque, muitas vezes, os pais precisam buscar sustento para a família, e os pequenos ficam com pessoas despreparadas ou sozinhas. Isso cria um círculo vicioso, pois os menores ficam em casa, e as famílias têm incentivo dos meios de comunicação. O local em que vivem é um berço de vícios e de marginalidade, entre outros problemas. Minha sugestão é que, em bairros cuja população é de mais ou menos 7 mil habitantes, seja obrigatória a existência de uma creche que atenda crianças de 0 a 4 anos e de um Cemei para crianças de 4 anos em diante. Isso criará um lar paralelo para as crianças em risco e dará oportunidade para que elas iniciem o caminho do conhecimento e do direito que os pais não podem dar, por motivos diversos. Eles moram em uma região desassistida pelo poder público. Tenho uma política voltada para essa classe que não tem acesso ao Cemei e a creches, para os locais em que

Código do documento: 800695

essas crianças vivem abandonadas, sem perspectiva de futuro. Temos o local para a creche; falta apenas vontade política e planejamento. Associação do Bairro Funcionários - Sede Contagem”.

Tenho outras perguntas relacionadas ao projeto Sinase, que, com certeza os senhores sabem, é elaborado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos em conjunto com outras Secretarias. Esse projeto prevê a construção de centros com estruturas administrativa autônomas, com estrutura física e principalmente com projetos pedagógicos para educação e socialização dos adolescentes infratores com problemas com a lei. Gostaria de saber como o Município de Contagem está trabalhando esse assunto, que é de grande importância para socialização desses jovens na sociedade. Para as Polícias Civil e Militar: em relação ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - Sinase - para as crianças e adolescentes, qual a posição da polícia dentro desse sistema na prevenção de crimes cometidos por adolescentes com problemas com a lei? Desde já, agradeço a atenção. Obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Adriano. O próximo, por favor.

O Sr. Gérson Alves Ribeiro - Cumprimento toda a Mesa na pessoa do Deputado João Leite. Parabéns por terem nos concedido a liberdade de falar neste Plenário. Uma das melhores coisas que a sociedade vê é a liberdade. Parabéns, Deputada Maria Tereza Lara, amiga que já esteve em meu sítio. Sou feliz por tudo isso. Irmãos, quero falar sobre o que foi comentado a respeito de nossa sociedade.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 77**

Sou de uma cidade pequena e muito boa, Joáima, Minas Gerais; a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado João Leite a conhecem. Sou contagense há 30 anos, moro aqui há um tempo, e sou pai de quatro filhos e irmão de doze. Todos dizem que a sociedade está contaminada pelas drogas, que contaminou também nossa cidade. Uma cidade de grande porte tem grandes problemas, uma cidade menor tem menos problemas. Contagem hoje é uma grande metrópole e tem quase 700 mil habitantes. Isso não é fácil de controlar com pouca coisa, não é fácil resolver a situação. Mas quero dizer que eu, como pastor evangélico, tenho seis igrejas em meu domínio frequentadas por, mais ou menos, 400 pessoas. Não são igrejas de grande porte, são todas pequenas; a Deputada Maria Tereza Lara conhece. Estou construindo um templo aqui em Nova Contagem e meu projeto é criar uma ONG. Qual o caminho mais próximo para isso e qual é minha missão? A minha missão em ter uma ONG é para ajudar o menos favorecido. Não tenho nenhum recurso, nem do Município nem do Estado; os recursos são do próprio ministério. Nós os colhemos do fiel e os aplicamos em favor do necessitado. Estamos situados em frente à escola Adriano José Costa, que tem, mais ou menos, entre quatro e cinco mil alunos. É uma escola polêmica, difícil de ser controlada, é uma área difícil para o professorado e para o secretariado. Mas por quê? Descobri uma coisa, porque sou irmão de dez homens: a educação não começa apenas no colégio, começa em casa. Quando o pai prepara seu filho para ir à escola, deve dizer que ele precisa respeitar o professor, o servente e todos, porque assim fica tudo mais fácil. Conversei com uma mulher,

que é mãe de três filhos. Ela e os dois filhos fumam droga. Levei-a para a igreja e conversei com ela sobre a situação dela e de seus dois filhos. Ela me disse que não tinha jeito nem para ela nem para os filhos. Eu disse que havia jeito para todos, que era apenas ela querer. Fiz uma oração para aquela mulher e, quando retirei a mão da cabeça dela, disse que ela estava liberta, que ela e os filhos fumariam se quisessem. Hoje ela não trafica droga, ela e os filhos não fumam. Eles são membros da entidade, da igreja, fazem obra; ela é uma grande evangelista na obra de Nova Contagem. A obra de Deus é feita por meio de nós; a área social é feita por meio do homem. Quero dizer que preciso de sua ajuda - a Deputada Maria Tereza Lara sabe disso - para construir uma entidade um pouco maior. Tenho um local propício - não é, Deputada Maria Tereza Lara? -, suficiente para fazer alguma coisa. Mas preciso de ajuda para construir um abrigo maior, para atender a mais gente e cuidar bem de todos. Descobri, analisando a Constituição brasileira, que um presidiário custa para o governos estadual, federal ou municipal em média de R\$2.000,00 por mês. Entretanto, ele não custa nada para a igreja evangélica; a pessoa fica lá um dia, dois, três, quatro, cinco, dez, um ano e não custa nada. Então pensei: quer saber de uma coisa, é melhor ensinar do que condenar.

O Sr. Presidente - Muito bem.

O Sr. Gérson Alves Ribeiro - Foi o que aprendi. Obrigado.

O Sr. Presidente - Diga seu nome completo, por favor.

O Sr. Gérson Alves Ribeiro - Pastor Gérson Alves Ribeiro.

O Sr. Presidente - Gérson...

O Sr. Gérson Alves Ribeiro - Alves Ribeiro. Sou pastor do Ministério Internacional Manar.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Muito obrigado pela participação. Encerramos as nossas inscrições. É claro que Bernardo Monteiro vai falar. Peço-lhe que leve um abraço para a minha tia Meire, na Rua Tio Santos. Com a palavra, o Sr. Isalino Dias Passos.

O Sr. Isalino Dias Passos - Bom dia, Deputado João Leite, em cuja pessoa cumprimento todos os componentes da Mesa e demais pessoas presentes. Há poucos dias, uma senhora me procurou para falar sobre o seu filho, Gleison, que está na Nelson Hungria, bem como sobre a questão da Defensoria Pública em Contagem. O rapaz está na Nelson Hungria, e sua audiência foi marcada no Fórum. Quando chegou ao Fórum, não havia Defensor Público, e ele retornou para a Nelson Hungria.

O julgamento dele estava marcado para o dia 10 de junho, mas novamente foi adiado para o dia 16 de julho. Há dois anos, a mãe dele perdeu um filho de 23 anos. Há mais ou menos dois meses, numa segunda-feira, a filha dela de 35 anos teve uma dor de cabeça e faleceu na quinta-feira, em função de um aneurisma, deixando-lhe uma neta de 15 anos e um neto de 11 anos. Ela visita esse menino todos os domingos na Nelson Hungria. Ela sempre passa mal dois dias antes de fazer a visita e dois dias depois da visita. Por questões

psicológicas, até em função da perda da filha, a glicose sobe - já chegou a seiscentos e poucos -, quase entra em coma.

Passei esse caso para o Deputado Durval Ângelo e para a Deputada Maria Tereza Lara e conversei com a Dra. Cláudia, do Fórum. Sr. Deputado, Presidente desta Comissão, o Governador Anastasia esteve nesta Casa, no dia 15, e recebeu o Título de Cidadão Honorário de Contagem, tornando-se, portanto, um cidadão contagense. Com base nas palavras pronunciadas por ele aqui, creio que vai olhar com carinho a questão de Contagem. Como a Defensoria está a cargo do Estado, gostaria que o senhor informasse diretamente ao Governador essa questão, para que ele a olhe de perto. A cidade possui quase 800 mil habitantes, e a situação está ficando difícil. Não culpamos o Juiz nem o Promotor, pois se não houver Defensor, não adiantará; ele chegará no dia 16 e voltará. Era só. Obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Isalino. Com a palavra, o Cel. Alvear, que tem uma questão a ser tratada.

O Cel. Irani Alvear Saraiva - Eu me esqueci do nome da senhora que me expôs uma questão. Apesar de ela não estar percebendo a queda na criminalidade, os números mostram que, em Contagem, os crimes violentos apresentaram queda de 22,5%. Eu estava conversando com o Comandante do 39º Batalhão - o Água Branca pertence a esse Batalhão - e percebi que os números do Água Branca são mais expressivos ainda. No Água Branca, os crimes violentos caíram cerca de 33%.

Gerência-Geral de Taquigrafia e Publicação
14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública da 4ª Sessão Legislativa
Ordinária da 16ª Legislatura
24/5/2010 - 10 horas **Pág.: 81**

O Sr. Presidente - Muito bem. Obrigado. Creio que não ficou faltando resposta a ser dada. Quero agradecer a todos a presença. Muito obrigado pelas informações dadas, visto que serão importantes para o trabalho que a Comissão está realizando. Ficamos aqui com muitos requerimentos a serem feitos; iremos encaminhar todos eles. O Dr. Lincoln está ali atento para confeccioná-los. Amanhã, faremos essa mesma audiência em Divinópolis, sede de uma região integrada de segurança pública.

Convido todos a participar, na quinta-feira, de um fórum sobre políticas públicas para o idoso que será realizado pela Assembleia. Estaremos lá. Depois, nos dias 11, 12 e 13 de agosto, teremos o nosso trabalho final, e levaremos o relatório referente à reunião da região integrada de segurança pública.

Quero agradecer a atenção dos Comandantes e da população da região. Agradeço, ainda, à minha querida amiga e colega Dra. Vânia Godoi. Joguei no glorioso Alvorada Vila Oeste com os seus irmãos, com o Vanderley. Agradeço ao Cel. Alvear, aos Comandantes de Batalhão e aos Bombeiros Militares. O Capitão esteve aqui conosco trazendo as informações, bem como o pessoal da educação. Enfim, agradeço a todos que contribuíram.

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 25, em Divinópolis, e determina a lavratura da ata.